



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
TECNOLOGIA, INFRAESTRUTURA E
TERRITÓRIO (ILATIT)**

GEOGRAFIA - BACHARELADO

A EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

IZÁBIA COUTINHO DA SILVA

Foz do Iguaçu

2022

A EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

IZÁBIA COUTINHO DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
De Tecnologia, Infraestrutura E Território da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti

Foz do Iguaçu
2022

IZÁBIA COUTINHO DA SILVA

A EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto Latino-Americano
De Tecnologia, Infraestrutura E Território da
Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Zeno Soares Crocetti
UNILA

Prof. Dr. Leandro Trevisan
(UNILA)

Prof. Dr. Nelson Fernandes Felipe Junior
(UNILA)

Foz do Iguaçu, 22 de dezembro de 2022.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

*Aos meus pais,
por possibilitar este voo sobre o horizonte.*

AGRADECIMENTOS

Após várias tentativas de iniciar esse tópico, me debruço no pensamento: consegui chegar até aqui. Foi difícil, mas eu consegui. Utilizo desse momento como fim de reconhecer a todos que me auxiliaram nessa árdua jornada.

Gostaria primeiramente de agradecer ao meu orientador, professor Zeno Crocetti por ter me acolhido desde 2018, me conduzido a pesquisa geográfica e me ensinando o quão belo é ver a vida a partir de uma perspectiva geográfica. Obrigada pelo suporte, pela troca e por ter sempre me incentivado.

Ao professor Cristóvão Henrique e amigo, por toda orientação e suporte acadêmico e psicológico.

Aos meus pais José Ricardo e Marcelle por todo incentivo, por todo amor e por terem vivido comigo esse sonho. As minhas maiores referências sempre serão vocês. NÓS conseguimos!

Um agradecimento cheio de amor aos meus familiares que conduziram essa travessia, com todo suporte afetivo, financeiro e espiritual. E em especial a três mulheres negras fantásticas que são minha maior referência: Tia Viviane, Tia Gina e minha querida Vó Conceição.

Aos encontros geográficos, que foram recheados de afetos, conhecimento e lindas experiências.

Aos meus amigos que estiveram nessa trajetória comigo, compartilhando sonhos, encontros, afetos, vivências e lutas. Em especial à: Kananda, Stheffany, Fernanda, Fabiola, Ariana, Nathália, Andreлина, Bárbara, Lilliam e Aislene. Por serem sinônimo de luta e resistência!

No mais, agradeço a todos que estiveram nessa travessia comigo e viveram esse sonho.

Os sonhos não envelhecem
Milton Nascimento

RESUMO

O presente trabalho busca analisar e interpretar a Evolução Socioespacial do Município de Cabo Frio através da evolução atividades econômicas desenvolvidas no território. Alguns pesquisadores consideram o desenvolvimento urbano municipal em 3 etapas, sendo elas: a economia do pau-brasil, indústria do sal e o turismo. Nessa perspectiva, será incorporado a essa linha do tempo, a era dos *royalties* do petróleo. Posto isto, com a aquisição dos *royalties* através da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos – RJ, pela Lei do Petróleo de 1997, o município passou por transformações em sua regionalização e paisagem. A má gestão das rendas petrolíferas intensificou a desigualdade socioespacial desenvolvida na época da colonização. No entanto, tal análise se tornou viável, sendo levado em consideração o processo de colonização Europeia em Cabo Frio, os fluxos migratórios e o processo de fragmentação territorial vivenciado. Os vínculos teóricos estabelecidos para a compreensão desses cenários, foi buscada em (SANTOS, 1977) e (SANTOS, 2008), no qual autor trata sobre a Formação Socioespacial e das categorias de análise do método geográfico: estrutura, processo, função e forma, integrados numa leitura em busca de uma interpretação da totalidade. Como resultado, foi possível perceber que há uma seletividade espacial dentro do município à implementação de políticas públicas e que a desigualdade socioespacial é fruto de uma herança colonial

Palavras-chave: Cabo Frio; Desenvolvimento Regional; Royalties; Municípios produtores de petróleo e gás; Petróleo.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze and interpret the Socio-Spatial Evolution of the Municipality of Cabo Frio through the evolution of economic activities developed in the territory. Some researchers consider the municipal urban development in three stages: the brazilwood economy, salt industry and tourism. In this perspective, the era of oil royalties will be incorporated into this timeline. That said, with the acquisition of the royalties through oil and gas exploration in the Campos Basin - RJ, by the Petroleum Law of 1997, the municipality underwent transformations in its regionalization and landscape. The mismanagement of the oil revenues intensified the socio-spatial inequality developed at the time of colonization. However, such analysis became feasible by taking into consideration the European colonization process in Cabo Frio, the migratory flows and the process of territorial fragmentation experienced. The theoretical links established for the understanding of these scenarios were sought in (SANTOS, 1977) and (SANTOS, 2008), in which the author deals with the Socio-Spatial Formation and the analysis categories of the geographical method: structure, process, function and form, integrated in a reading in search of an interpretation of the totality. As a result, it was possible to realize that there is a spatial selectivity within the municipality to the implementation of public policies and that socio-spatial inequality is the result of a colonial heritage

Key words: Cabo Frio; Regional development; Royalties; Oil and gas producing municipalities; Petroleum.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Formação Territorial de Cabo Frio em 1892.	20
Figura 2: Fazenda Campos Novos.....	25
Figura 3: Pesca de Baleia em Armação dos Búzios, 1789.....	31
Figura 4: Companhia Nacional de Álcalis, 1955.....	33
Figura 5: Refinaria Nacional do Sal (Sal Cisne S/A)	35
Figura 6: Companhia de Sal Perynas, 1979.....	36
Figura 7: Linhas Ortogonais e Paralelas	41

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Distribuição dos povos originários Antes do Contato (1500).....	16
Mapa 2: Localização do Município de Cabo Frio, 2022.	22
Mapa 3: Definição das Áreas Geoeconômicas, segundo as Zonas de Petróleo.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da População do Município de Cabo Frio	23
Gráfico 2: Produto Interno Bruto Municipal - PIBM	24
Gráfico 3 - Royalties repassados para o município de Cabo Frio entre os anos de 2000 a 2020, em (R\$ milhões)	45
Gráfico 4 – Cobertura Atenção Primária	48

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Síntese do rateio dos royalties conforme a Lei n.º 9.748/97	43
Quadro 1.2 – Ranking dos Municípios confrontantes a Bacia de Campos com maior repasse de <i>royalties</i> em 2021	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Antes de Cristo
AP	Antes do Presente
CF	Cabo Frio
CNA	Companhia Nacional de Álcalis
DC	Depois de Cristo
FSE	Formação Socioespacial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
OMPETRO	Organização dos Municípios Produtores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PIBM	Produto Interno Bruto Municipal
RJ	Rio de Janeiro
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
ZL	Zona Limítrofe
ZPP	Zona de Produção Principal
ZPS	Zona de Produção Secundária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GÊNESE DE CABO FRIO (XVI – XIX)	15
3.1 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	18
3.1.1 Caracterização Do Município	21
3.1.2 Caracterização Do Segundo Distrito De Cabo Frio (Tamoios)	24
4. A ECONOMIA URBANA CABO-FRIENSE	29
4.1 O USO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO	29
4.1.1 Pau Brasil	29
4.1.2 Indústria do Sal	30
4.1.3 Turismo	37
5. A ERA DO PETRÓLEO.....	39
5.1 USO DO TERRITÓRIO DE CABO FRIO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS	40
5.1.1 Influências Dos Royalties Na Economia Cabo-Friense.....	44
CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	51
ANEXO	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca entender e interpretar o uso do território de Cabo Frio – Rio de Janeiro, a partir dos períodos econômicos vivenciados na região, desde a economia do pau-brasil à era dos *royalties* do petróleo. Toda essa dinâmica econômica e ocupacional, gerou diversas problemáticas no território que são experienciadas até os dias atuais.

Ao interpretar o desenvolvimento urbano do município, os pesquisadores Moura e Moreira (2020) consideram em 3 momentos, sendo eles: **1ª fase (1615):** cultivo de produtos de subsistência e expansão urbana de dois bairros. **2ª fase (início do século XIX – 1950):** marcada pelo processo de industrialização do sal e finalizando no início do desenvolvimento turístico da região. **3ª fase (1950 – 2020):** ocupação territorial dos bairros pelos moradores, especulação imobiliária, modificação na infraestrutura do município e desapropriação de áreas, com adaptação a MOURA e MOREIRA, 2020). Nessa perspectiva, será incorporado a essa linha do tempo, a era dos *royalties* do petróleo, onde no período de 1999 a 2004 a variação da arrecadação do IPTU foi de 137,24% o que atraiu um número crescente de pessoas em virtude do aumento das oportunidades de emprego e consequentemente a quantidade de moradias, gerando um aumento na arrecadação do tributo. (TCE, 2005).

À vista disso, o recorte territorial escolhido é atravessado por diversas interrogações que motivaram a pesquisa desse trabalho, o principal questionamento é a disparidade de políticas públicas existente entre esses dois distritos.

O trabalho tem como objetivo geral interpretar a evolução socioespacial e como objetivo específico identificar a distribuição das políticas públicas nos dois distritos do município e sua relação com a arrecadação petrolífera.

Tal análise se tornou possível, a partir da consideração do processo de colonização Europeia em Cabo Frio, os fluxos migratórios e o processo de fragmentação territorial vivenciado. Os vínculos teóricos estabelecidos para a compreensão desses cenários, foi buscada em Santos (1977) e Santos (2008), o primeiro onde o autor trata sobre a Formação Socioespacial e o segundo na qual o autor tratará da estrutura, do processo, da função e da forma como categorias de análise do método geográfico, integrados numa leitura em busca de uma interpretação da totalidade.

Nesse sentido, o trabalho foi dividido em 4 momentos, onde no primeiro momento será discorrido o método geográfico utilizado para a análise do estudo de caso. O segundo momento é marcado por considerações acerca da evolução socioespacial do município, fundamentando a construção do município e seus distritos. O terceiro é o uso e ocupação do território pelos 4 modelos econômicos e seu desenvolvimento urbano experienciados na região e por último uma análise do impacto da *commodity* petrolífera no município.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O processo de uso e ocupação que cidade de Cabo Frio, desde a sua fundação provocou diferentes espacialidades, conseqüentemente, as relações políticas econômicas desenvolveram um caráter de divisão socioespacial que reflete até os dias atuais na dinâmica municipal.

Nesse sentido, entendendo que o espaço é uma instancia da sociedade Santos (2014, p. 12), que contêm e é contido pelas demais instâncias, sejam elas econômicas, sociais, culturais ou políticas. Posto isto, em sua formação, o espaço não é constituído apenas pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza.

Para Milton Santos (2008), o espaço geográfico é o “conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Esse conceito define uma relação bilateral entre os sistemas de objetos (fixos, configuração territorial) e os sistemas de ações (fluxos, práticas sociais). Ou melhor, para o autor, o espaço geográfico é um conjunto indissociável de materialidades e imaterialidades, se configurando como um híbrido.

É de referir que a produção do espaço pela ação humana caracteriza as formas representadas em cada paisagem ao longo do tempo. Em Espaço e Método, Milton Santos definiu que a análise espacial pode ser interpretada a partir de processos dialéticos, entre as formas, funções, processos e estruturas.

As formas referem-se aos aspectos visíveis do objeto ou de um arranjo de objetos. A função, por sua vez, é uma atividade ou tarefa esperada para uma determinada forma estrutura, por sua vez, faz menção a inter-relações das partes de um todo. Configura-se como a matriz social de justificação das formas e dos objetos, em um determinado momento, tendo relação com seu modo de organização e de constituição. O processo, por fim, implica transformações ao longo do tempo. Remete à compreensão das ações em direção a um resultado. Pode ser entendido, em outras palavras, como uma estrutura em movimento de transformação. (KOZENIESKI apud SANTOS, 2012; CORRÊA, 2012, p.99)

Ainda para o autor, a dimensão histórica há um valor na análise geográfica, quando afirma em (SANTOS, 2014) onde “a noção de espaço é inseparável da ideia de sistema de tempo” e que os elementos contidos no espaço variam conforme o movimento da história. Logo, a essência do espaço é social e os elementos contidos nele mudam de função no sistema espacial conforme o momento histórico em que ele está submetido. Pode-se perceber que “a noção de tempo deve ser inseparável da

noção de sistema” na análise espacial conforme Santos (2012)

Dessa forma, Santos e Silveira (2001) afirmam que para entender a história do território brasileiro “em seu processo e na sua realidade atual, um esforço de periodização é essencial.”.

Períodos são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo. Mas essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização. É a falência desta última, açoitada por uma evolução mais brutal de um ou de diversos fatores, que dismantela a harmonia do conjunto, determina a ruptura e permite dizer que se entrou em um novo período. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 24)

À vista disso, será adotada a noção de periodização, para identificarmos os sistemas temporais, organização espacial e econômica da experenciados do município de Cabo Frio, a fim de compreender a função dos sistemas de objetos e de ação.

Contudo, a ideia de Formação Socioespacial, configura-se nesse primeiro momento, como método norteador da pesquisa.

A formação social [...] trata-se de uma estrutura técnico produtiva expressa geograficamente por uma certa distribuição da atividade de produção [...] (por) diferentes formas técnicas e organizacionais [...] ela não pode ser concebida sem referência a noção de espaço (SANTOS, 1977, p.87)

O conceito de Formação Socioespacial proposto por Milton Santos é fundamentado na noção de Formação Econômico Social discutida por Marx e Engels para estudo social, incorporada por Lênin para fins científicos e políticos. Milton argumenta que a Formação Econômico-Social não pode ser utilizada na geografia, sem a noção de espaço, portanto a noção de Formação Socioespacial é utilizada tendo o espaço como base Santos (1977).

Para Santos, o modo de produção, formação social e o espaço, são três categorias interdependente, que juntas constituem o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) que são espacialmente e historicamente definidas em conjunto por meio da formação social.

No entanto, como Santos apresenta, essas três variáveis devem ser analisadas em conjunto com a ideia de espaço, ou seja, a formação do espaço. Essa união de categorias constitui as Formações Socioespaciais, que nos permite um entendimento de uma determinada sociedade em sua totalidade e frações.

3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA GÊNESE DE CABO FRIO (XVI – XIX)

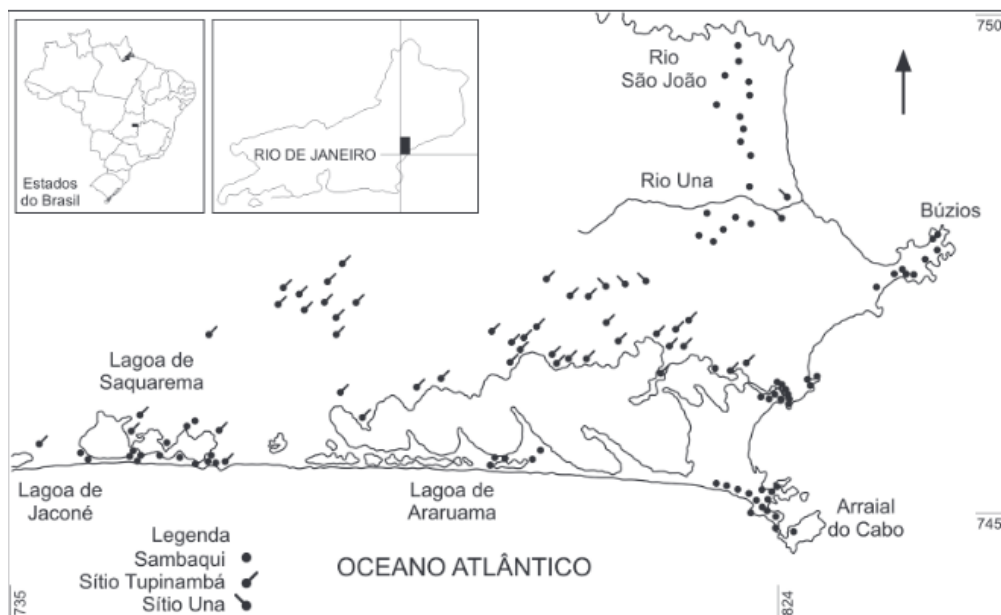
Iniciaremos a discussão acerca do território *cabo-friense* neste capítulo, apresentando em linhas gerais a evolução da ocupação socioespacial a emancipação dos distritos que constituíam o município, com a motivação de entender a rede urbana atual.

Durante a pesquisa, a maioria das fontes bibliográficas trataram da história cabo-friense a partir de uma perspectiva colonial, tal qual ocorre com todo território nacional. Antes do contato dos portugueses, os primeiros traços de população no território de Cabo frio datam 5.000 a.C¹, através da relação de três tradições de povos indígenas, sendo eles: *Sambaquieira*, *Una* e *Tupi-Guarani*.

Segundo Moura e Moreira (2020), a ocupação da *Tradição Sambaquieira* iniciou-se por volta de 5.000 (a.C) no litoral do Rio de Janeiro, proveniente do litoral sul brasileiro. Existem estudos realizados na região de Tamoios que comprovam a existência dos sítios arqueológicos por pelo menos 350 anos. Em termos de datação, a *Tradição Sambaquieira* veio a colapsar no início da Era Cristã, pois a *Tradição Una* acabava de se deslocar da Amazônia se interiorizando no território Fluminense. Esse registro é marcado pela presença de cerâmicas nos períodos finais da sociedade *Sambauqui*. A *Tradição Una*, conhecida como goitacá, se destacava com o seu desenvolvimento técnico ceramista. E por último a *Tradição Tupi-Guarani* que ocupou o território fluminense Antes do Contato (1500). Essa tradição é marcada por ter tido mais contato com os portugueses. No Rio de Janeiro, existem duas denominações para esse grupo, a primeira Tupinambás batizado pelos franceses e Tamoios, pelos portugueses.

¹ Por se tratar de períodos muito longínquos, será trabalhado com datas estimadas e de acordo com as tabelas apresentadas em (MOURA e MOREIRA, 2020).

Mapa 1: Distribuição dos povos originários Antes do Contato (1500)



Fonte: (GASPAR, BUARQUE, *et al.*, 2007)

O Município de Cabo Frio foi explorado em 1503 por Américo Vespúcio, em uma expedição comandada por Gonçalo Coelho. Nesse contexto, temos dois cenários políticos, o primeiro marcado pela França em busca do pau-brasil ao sistema econômico capitalista e segundo Portugal na apropriação de terras Sul-Americanas. No entanto, o processo de colonização de Terras cabo-friense ocorreu por volta de 1534 com a expedição colonizadora comandada por Martim Afonso de Souza. Com o processo de divisão do Brasil em capitanias hereditárias pelos portugueses, o litoral de Cabo Frio pertencia à Capitania de São Vicente. A busca dos Franceses por pau-brasil nessa região era incessante que no ano de 1556 construíram uma feitoria Casa de Pedra², visto que os portugueses não se fortificaram na região, a tradição afirma que os povos Tamoios se uniram aos Franceses, o que gerou diversos conflitos com os Portugueses no Rio de Janeiro. No Cabo Frio, em 1575, ocorreu a Guerra de Cabo Frio³. Com tanta desordem, o Rei D. João III, nomeou Mem de Sá (1558 – 1572) a governador-geral, que veio ao Rio de Janeiro com o encargo de expulsar os franceses.

² A tradição local aponta que, em 1556, os franceses se instalaram em Cabo Frio e construíram a Casa da Pedra, que se localizava na Barra do Itajuru. (MOURA e MOREIRA, 2020).

³ A chamada “Guerra de Cabo Frio” aconteceu em 1575. O governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, reuniu poderoso exército com integrantes da Guanabara, São Vicente e Espírito Santo apoiado por grande tropa tupiniquim catequizada. Os oficiais e soldados seguiram por terra e mar, tendo como objetivo liquidar o último bastião da Confederação dos Tamoios e acabar com o domínio francês que já durava vinte anos em Cabo Frio. (MOURA e MOREIRA, 2020).

Em 1574, com a chegada de Antônio de Salema⁴, no ano seguinte os Tamoios do Cabo Frio atacaram alguns engenhos no Rio de Janeiro, onde Salema determinou a “Guerra Justa” termo medieval incorporado pela corte portuguesa. Essa expedição gerou o “Massacre de Salema”⁵ que exterminou a população Tamoia no Rio de Janeiro.

O impacto da ação foi tão grande que os tamoios empreenderam uma diáspora para escapar do genocídio ou da escravidão. Muitos foram encontrados em 1597, no Vale da Paraíba. Outros, em 1640, estavam na Amazônia. (MOURA e MOREIRA, 2020, p. 75)

Após o massacre, o extrativismo de pau-brasil pelos Franceses cessou por um tempo, justamente pela falta de mão de obra indígena, sendo assim, a região ficou favorável ao comércio clandestino. Nesse momento, na costa da Lagoa de Araruama, começou a ter outro uso além do escoamento de pau-brasil, as embarcações Holandesas e Inglesas paravam para reparos, abastecimento de mantimentos e organização da tripulação.

Na virada do século XVI, as colônias portuguesas estavam sob domínio espanhol, após a morte do Rei Cardeal D. Henrique, que foi o último representante da Dinastia Avis em Portugal. O herdeiro de maior aproximação, era o rei da Espanha Felipe I, o qual assumiu a coroa. De acordo com (FERNANDES, 2018) durante o governo de Felipe I, I e III, o contrabando de pau-brasil foi intensificado pelos próprios portugueses que viviam no Brasil, onde os eles faziam comércio com os holandeses, ingleses e franceses.

Após 100 anos de abandono, em 1615, sobre aviso de Felipe II, rei espanhol que governava a coroa portuguesa, determinou que Constantino Menelau⁶, Governador e Capitão-Mor do Rio de Janeiro, retornasse a Cabo Frio, que construísse um forte e estabelecer uma povoação.

Seguindo ordens ele organizou uma tropa de 400 índios da aldeia de Sepetiba, unidos a outros do Espírito Santo e vários portugueses. Partiu rumo a Cabo Frio com a missão de estabelecer a ordem na região, expulsar os

⁴ Motivado a substituir o Governo de Mem de Sá, no Rio de Janeiro, após ataques recorrentes que a corte portuguesa estava sofrendo, foi necessário encaminhar o jurista para melhorar a defesa dos portugueses e desenvolver uma política mais eficaz de assimilação da população indígena. (MOURA e MOREIRA, 2020)

⁵ A localização do “Massacre de Salema” teria sido onde é atualmente o estádio Aracy Machado, os povos se localizavam próximo ao Morro do Turuí (Morro da Guia), de acordo com a tradição local. (MOURA e MOREIRA, 2020).

⁶ Alguns historiadores acusam Constantino Menelau de participar da rede de contrabando de pau-brasil escoando produtos para a Europa, com o suporte dos povos Goitacás. (FERNANDES, 2018).

aventureiros e recuperar definitivamente aquele reduto de pirataria. (FERNANDES, 2018, p. 134)

A feitoria Casa de Pedra que havia sido levantada pelos Franceses, após o abandono deles, foi demolida e construída a fortaleza de Santo Inacio. A qual, fundou-se a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, em 13 de novembro de 1615, que futuramente se chamará Cabo Frio. Essa população indígena que veio na expedição para a conquista, se fixou em Saco Fora (Búzios) com o propósito de proteger a costa de futuros ataques.

Diante da nomeação de Estevão Gomes, em 1617, capitão-mor em Cabo Frio, a Vila de Santa Helena de Cabo Frio, eleva-se a categoria de cidade e passa a se denominar de Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio. Nesse cenário, com a expansão urbana, foi necessária a construção de um centro urbano em um local seguro, no entanto, a povoação que ali habitava foi transferida a área central – hoje atual bairro da Passagem⁷ - com a justificativa de estar em uma localidade “mais arredado do oceano” que dificultaria o acesso de piratas e corsários. Os primeiros traços do desenvolvimento urbano da cidade, ocorreu nessa localidade.

3.1 FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA

Entendendo brevemente o contexto da Conquista de Cabo Frio, pelo Império português em 1615, algumas transformações espaciais ocorreram, resultando alteração na paisagem, nas relações socioeconômicas e determinando características que são experienciadas até hoje no Município. Posto isto, nesse tópico será abordada as transformações político-administrativas, que redefiniram os limites do município e fragmentação do território.

Em primeiro momento, a Capitania do Rio de Janeiro, havia apenas duas cidades: Rio de Janeiro e Cabo Frio. De acordo com Christovão (2011), a Capitania de Cabo Frio estendia-se da foz do rio Macaé até Ponta Negra, na atual divisa entre os municípios de Saquarema e Maricá e que os desmembramentos desse território foram através de um projeto de Estado em que os limites dessas Capitânias/Províncias começaram a ser redefinidos. Diante a virada do século XIX, o desenvolvimento da Baixada Fluminense desencadeou-se gerando perdas de

⁷ A ideia central era fundar o centro da cidade na atual Praça Porto Rocha, por estar mais próximo do abastecimento de água que se localizava na Fonte do Itajuru. (FERNANDES, 2018)

territórios os municípios de Cabo Frio. Contudo, o conjunto de literatura acerca da redefinição dos municípios da Baixada Litorânea é vasto e tendo em vista que o recorte é a atual formação municipal de Cabo Frio, logo, não se torna relevante apresentar essa discussão.

Nesse sentido, a atual malha municipal do estado foi construída a partir da disputa entre diversos grupos ligados à política local, sem que, no entanto, houvesse qualquer plebiscito popular para que os municípios fossem criados ou emancipados. Além disso, se os diferentes estatutos jurídicos pelos quais passou o município do Rio de Janeiro foram imposições que remetiam a uma ordem externa ao território estadual, no que se refere à malha municipal, essa imposição partirá, em sua maioria, de grupos políticos localizados no interior do território fluminense. (RIBEIRO e NUNES, 2019, p. 23)

Por conseguinte, todas as modificações da dimensão administrativa do território fluminense, é fruto de decisões econômicas e político-administrativas do Rio de Janeiro.

Cabo Frio foi um dos municípios formados através da fragmentação territorial do espaço fluminense que seguiu a lógica da expansão da colonização – esse momento aparece marcado pela possibilidade de criação e emancipação de alguns municípios no intuito de explorar o máximo de recursos disponíveis – que está estreitamente vinculado ao fato da transferência da capital ter incentivado os possíveis desdobramentos que levaram ao fluxo de interiorização, mesmo que incipiente, no estado do Rio de Janeiro. (GONÇALVES, 2019, p. 34)

Em 1678, por meio de alvará, foi criado o distrito de Cabo Frio⁸ e o distrito de Araçá, compreendido como segundo distrito de Cabo Frio. Somente em 1924 são criados os distritos de Arraial do Cabo e Saco Fora⁹. Nesse momento, o município de Cabo Frio possuía 4 distritos: Cabo Frio, Araçá, Arraial do Cabo e Saco Fora¹⁰. Ver figura 1.

⁸ Decretos Estaduais n.º 1, de 08-05-1892, e 1-A, de 03-06-1892. (IBGE Cidades)

⁹ Lei Estadual n.º 1.816, de 28-01-1924. (IBGE Cidades)

¹⁰ Pelo Decreto Estadual n.º 641, de 15-12-1938, o distrito de Saco Fora tomou o nome de Armação dos Búzios e o distrito de Araçá passou a denominar-se Campos Novos. (IBGE Cidades)

Figura 1: Formação Territorial de Cabo Frio em 1892.



Fonte: Lammert & Cia (1892).¹¹

À vista disso, essa regionalização descrita na figura acima perdurou até o ano de 1985. Com a instalação da Nova República¹² diversos movimentos emancipatórios surgiram no Brasil, no entanto, o distrito de Arraial do Cabo (4º distrito) tornou-se um município¹³. E logo em seguida, no ano de 1995¹⁴, o distrito de Armação de Búzios (3º distrito) é elevado à categoria de município.

Todos esses acontecimentos evidenciaram-se a partir de questões políticas e econômicas, contudo as motivações dessas emancipações não serão analisadas nesse trabalho. É de referir que nesse contexto, a economia da região estava em transição da indústria salineira à atividade turística. De acordo com Christovão (2011), o turismo assume o papel de principal atividade econômica na região apenas nos anos 1980.

Contudo, para além da economia do turismo que estava no seu auge

¹¹ Parte do Mapa do Estado do Rio de Janeiro por Hilario Massow e José Clemente Gomes

¹² A Nova República ocorreu em 1985 e com isso vários movimentos emancipatórios surgiram no Brasil, como forma de descentralização política.

¹³ Pela Lei Estadual n.º 839, de 13-05-1985, desmembra do município de Cabo Frio, o distrito de Arraial do Cabo, elevado à categoria do município. (IBGE Cidades)

¹⁴ Pela Lei Estadual n.º 249, de 28-12-1995, é desmembrado do município de Cabo Frio o distrito de Armação de Búzios, elevado à categoria de município. (IBGE Cidades)

nos anos 1980, temos outro cenário após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a aquisição dos *royalties* do petróleo com a Lei do Petróleo¹⁵ na década de 90, a qual acelerou o processo de fragmentação territorial na baixada litorânea.

O distrito de Tamoios¹⁶, tentou se emancipar após a emancipação do município de Armação dos Búzios, mas por questões políticas não conseguiu.

3.1.1 Caracterização Do Município

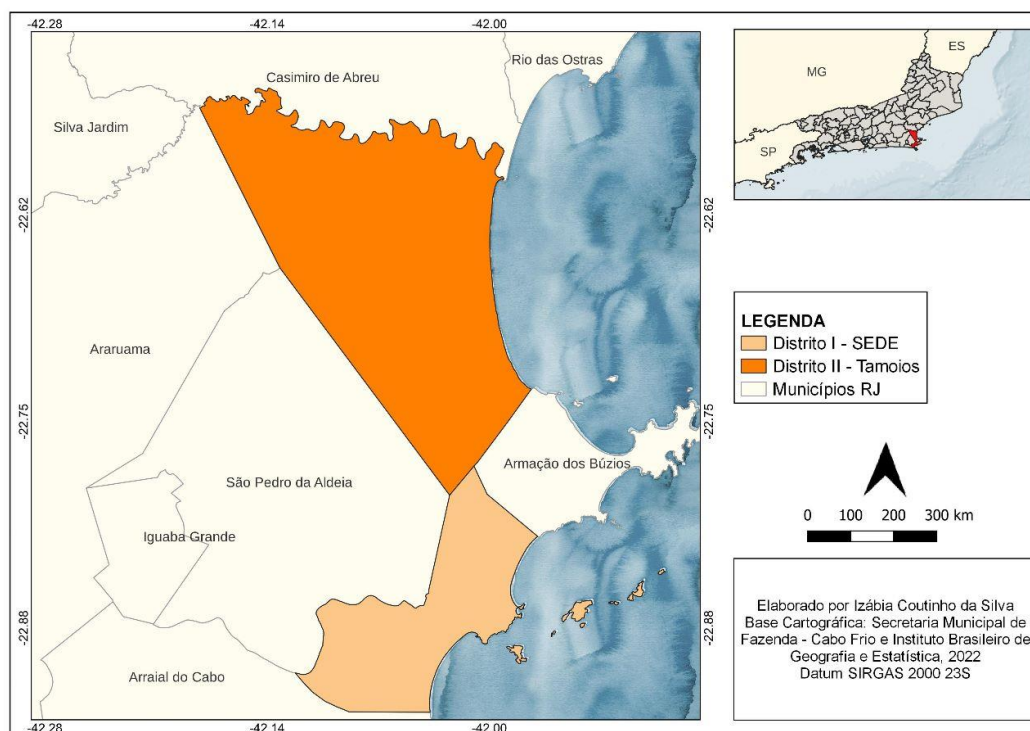
Atualmente, o município se localiza na mesorregião das Baixadas Litorâneas do Estado do Rio de Janeiro. A divisão político-administrativa do território de Cabo Frio está configurada segundo o Art. 9º da Lei Orgânica de Cabo Frio, em dois distritos que são: I - 1º Distrito de Cabo Frio, distrito Sede; 2º Distrito, Tamoios. (Mapa 2). Apresentando 61 bairros no primeiro distrito e 10 bairros no segundo distrito, segundo o Plano Diretor de 2006¹⁷. Tendo como área total 413.449 km², segundo o Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE (2021).

¹⁵ Lei Federal nº 9.478/97: Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

¹⁶ Pelo Decreto-lei Estadual n.º 1.056, de 31-12-1943, o distrito de Campos Novos passou a chamar-se Tamoios (IBGE)

¹⁷ Ver Lei Complementar nº 4, em 7 dezembro de 2006. O plano ainda está em vigência.

Mapa 2: Localização do Município de Cabo Frio, 2022.

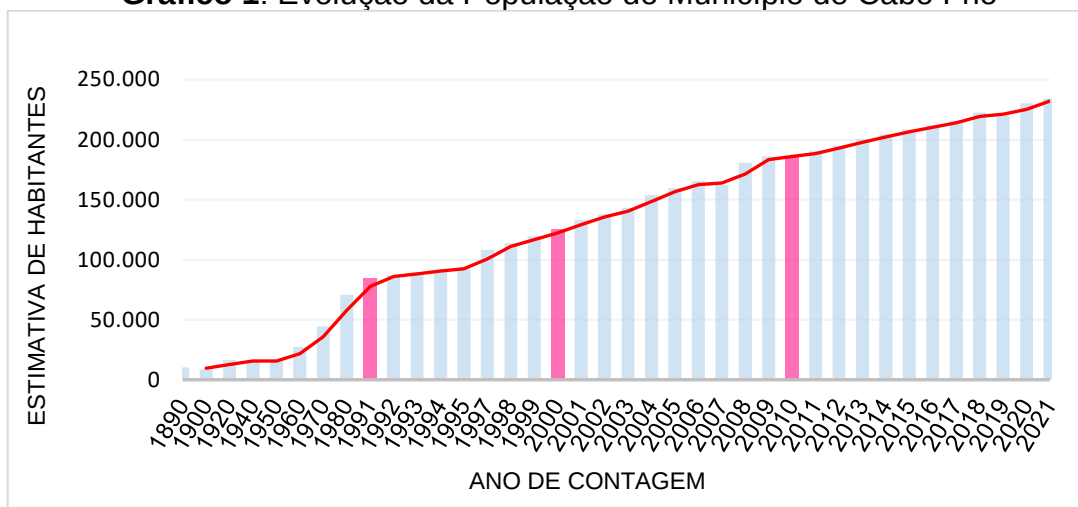


Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Em termos demográficos, o gráfico abaixo constata a evolução da população no município, desde o fim do século XIX vem apresentando um aumento. Posto isto, analisando o gráfico, é possível ver que na virada do século XIX para o XX, há uma diminuição no contingente populacional, pois nesse momento a cidade não havia muitas opções, além de ter o acesso relativamente difícil na época. Nota-se que nesse momento a indústria salineira não estava estabelecida. Essa ampliação da população cabo-friense sucede a partir do momento em que se inicia o processo de extração salineira. Entre os anos 1920 e 1940, ocorre a crise do sal¹⁸. O isolamento do município por questões logísticas interferiu até na estrutura urbana, a qual se manteve caracterizada como uma pequena cidade colonial até a primeira metade do século XX. (CHRISTOVÃO, 2011)

¹⁸ Com a crise na produção de sal e a manutenção de poucas alternativas econômicas à época, Cabo Frio não se constituía em um grande atrativo para as pessoas da região e nem mesmo para seus habitantes, que migravam em busca de outras oportunidades. (CHRISTOVÃO, 2011)

Gráfico 1: Evolução da População do Município de Cabo Frio



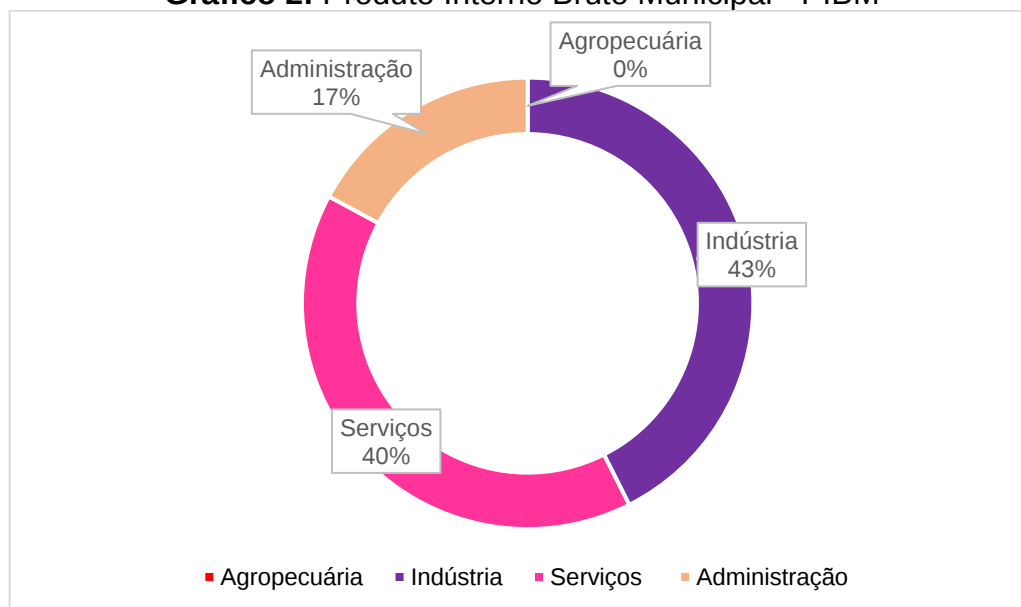
Fonte: Adaptação de (CHRISTOVÃO, 2011) e SES¹⁹, 2022.

Durante a década de 1960 a 1980 o boom demográfico pela instalação da Companhia Nacional de Álcalis e a construção da ponte Rio-Niterói, a qual possibilitou o desenvolvimento do Turismo no município. No entanto, o índice demográfico só foi ampliando, principalmente na região do Distrito II – Tamoios, a partir da década de 1990 sofre com uma especulação imobiliária desenfreada. É relevante destacar, que o último censo demográfico foi no ano de 2010, a partir dessa data são projeções por um método datado pelo IBGE. A Secretária Municipal de Saúde estima que no Distrito I – Sede há aproximadamente 124 mil habitantes e no Distrito II – Tamoios há 110 mil habitantes.

Outro ponto interessante a ser ressaltado, é a densidade demográfica que é de 453,75 hab/km², conforme o censo de 2010. E o Produto Interno Bruto – PIB, conforme o gráfico abaixo, conforme as atividades que contribuem para a variável.

¹⁹ Estimativas populacionais enviadas para o Tribunal de Contas da União - TCU, sem estratificação por idade e sexo, para 1992 a 2021, exceto 1996.

Gráfico 2: Produto Interno Bruto Municipal - PIBM



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

O Produto Interno Bruto (PIB) é composto pelas variáveis Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração. O setor agropecuário municipal não mostra uma performance muito expressiva, comparado a outras variáveis. Mas existe uma atividade agropecuária no município, conforme o relatório de Estudo Socioeconômico do TCE, o município apresenta uma atividade de rebanho de bovinos e entre outros animais e de lavouras temporárias. Quanto à indústria, o município não apresenta uma alta performance de unidades industriais, esse contingente fica definido pelo recebimento dos royalties do petróleo. E o serviço, ao turismo, pode-se vincular as atividades do turismo.

3.1.2 Caracterização Do Segundo Distrito De Cabo Frio (Tamoios)

De acordo com Moura e Moreira (2020), em 1630, os padres jesuítas receberam uma sesmaria²⁰ para a construção de uma fazenda. Portanto, somente em 1690 a Fazenda Campos Novos e a Igreja Santo Inácio foram erguidas, no segundo distrito do município, atualmente denominado por Tamoios. Conforme Carvalho (2020), a arquitetura da Fazenda Campos Novos seguia os padrões arquitetônicos e

²⁰ Configuram-se em porções de terras doadas pela coroa portuguesa aos indivíduos dispostos a colonizar a América Portuguesa.

econômicos da América espanhola, que foram instalações da Companhia de Jesus dirigidas pelos Inacianos.

Figura 2: Fazenda Campos Novos



Fonte: Prefeitura Municipal de Cabo Frio, 2021.

O solo de Campos Novos não era tido como propício para a produção, sendo assim, a sua produção era baseada na criação de gado e alimentos, além do extrativismo de madeiras, que eram escoadas para o Rio de Janeiro (por meio de lanchas no Rio Una). A produção da Fazenda Campos Novos, era bem peculiar as de Fazendas Jesuíticas, justamente pelas condições naturais do solo. Diante disso, em 1759, encerra-se a colonização Jesuítica na Fazenda Campos Novos e como reporta Soares (2021, p.55):

Após a expulsão da *Societas Iesu* do Brasil em 1759, o patrimônio da fazenda era calculado em cerca de 1300 cabeças de gado e 188 negros escravizados abrigados em 50 senzalas. Pouco menos de 20 anos depois, o contingente de negros quase havia dobrado, chegando à marca de 323 pessoas, das quais, diz-se que apenas um era africano, sendo os demais brasileiros, todos organizados em núcleos familiares centrados na sede da Fazenda (Moura & Moreira, 2020, p.160). Isso demonstra tanto a perenidade dos núcleos familiares do povo negro na região, fato que atesta o estímulo dos jesuítas às uniões interraciais e a circulação dos negros na região para o trabalho rural, mesmo diante da decadência da Fazenda Campos Novos.

Ainda segundo Soares (2021, p.56):

A saída dos jesuítas criou um cenário de grande instabilidade e incerteza sobre a posse da propriedade fundiária da Fazenda, tensão que se arrasta até hoje, visto que a escritura dela se encontra desaparecida, o que abriu precedentes para as mais diversas iniciativas de grilagem, desde aquele período. Há narrativas que alegam que a escritura da Fazenda foi escondida no interior da imagem de Santo Inácio, artefato cujo paradeiro é desconhecido até hoje. Algumas versões apontam que nem sequer havia algum documento legal que atestasse posse ou um registro definitivo da Fazenda e suas propriedades à Companhia de Jesus.

Nota-se que a perspectiva aqui abordada nesse tópico não é de uma Cabo Frio em processo de urbanização, assim como exposta no capítulo acima e sim de uma construção paisagística agroexportadora, com baixa ocupação, em 1679 contava com cerca de cem residências e dois engenhos, que não havia um desenvolvimento das atividades agrícolas por um problema da terra, como descrito acima, como observou (LAMEGO, 1946).

Com fins de desenvolver a área, uma Lei Provincial nº 1759 de 30 de novembro de 1872, decretou o 2º distrito de Cabo Frio como Tamoios.

Nesse sentido, ao analisar a história da Fazenda Campos Novos, percebe-se semelhanças a história do Brasil. No que tange a distribuição de terras, o qual se consolidou em um processo nem um pouco transparente, temos um cenário no início do século XVIII, no qual a Coroa pretendia ratificar os padrões das sesmarias, ou seja, esse procedimento foi feito por carta régia, onde os donatários deveriam demarcar suas propriedades (CARVALHO, 2020). Nesse momento, as escrituras afirmaram que Manoel Pereira Gonçalves (1778), gerenciava a Fazenda Campos Novos.

Durante o período de 1845 a 1879, Joaquim Gonçalves Porto aparece como proprietário da fazenda e nesse instante a mesma era uma referência na economia rural regional. Vale destacar, que ele fez acordos com traficantes de escravos locais, como manifestou (CARVALHO, 2020), Manoel Pereira Gonçalves comprou de José Gonçalves a Fazenda de Baía Formosa. Essa localidade é reconhecida como palco a chegada ilegal de negros vindo da África. Ou seja, os escravos que desembarcavam na Praia da Rasa, eram trazidos a Fazenda Campos Novos e logo em seguida redistribuídos na região.

Percebe-se que a paisagem local é constituída por uma economia agroexportadora e ponto de desembarque de tráfico negreiro. Nesse sentido, toda configuração natural e geográfica da região foi própria a tal atividade, o isolamento do

centro, a ampla costa litorânea (quase o triplo do primeiro distrito).

A Fazenda recebeu visita de grandes viajantes, tais como: Príncipe alemão Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neu-wied, Charles Robert Darwin, Fazenda Princesa Isabel, Conde D'eu, D e Pedro de Alcântara Luís Filipe Maria Gastão Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orléans e Bragança (Pedro II)

Na década de 1940, a Fazenda Campos Novos foi arrendada ao Alemão Eugène Honold, o qual fundou a Companhia Odeon, empreendimento com base na produção agrícola e de gado de cunho exportador. Posto isto, esse período foi marcado por uma decadência produtiva, disputas de terra, desmembramento da Fazenda e violência, foram pilares do desenvolvimento urbano dessa região.

Conforme, Carvalho *apud* Pena (2020, p.141):

No início da década de 1960, a Destilaria Medellin S.A. adquiria cerca de 25% das terras de Campos Novos, correspondente às áreas da Baía Formosa, Fazendinha, e Emerências, localizadas no então distrito de Búzios, posteriormente revendidas ao empresário Henrique de Cuna Bueno (década de 1970). No início dos anos 1980, o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) fazia uma primeira desapropriação das terras pertencentes à fazenda, passando a distribuir títulos provisórios aos colonos ali residentes. A medida, no entanto, teria poupado a área correspondente ao sítio histórico da fazenda (onde se situa a sede), cujo proprietário à época era Jamil Mizziara. Este trecho só seria desapropriado, em 1993, pela Prefeitura de Cabo Frio.

No ano de 1993 diante de tantos conflitos no território de Campos Novos, o Prefeito da época Jose Bonifácio Ferreira Novelino, desapropriou a sede da Fazenda Campos Novos e transformou na sede da secretária municipal de Agricultura.

Observa-se que a construção dois distritos não foram simétrica, enquanto um distrito prosperava no seu desempenho industrial o outro era carecido de planejamento urbano, revitalização e entre outras especificidades necessárias para o funcionamento de uma cidade. Esse caráter percorrido nesse tópico, reflete na atual situação do distrito, pois diante do Distrito Sede, a região de Tamoios sempre foi relacionada a pobreza.

As ocupações ilegais, sem fiscalização do poder público e a extração de areia²¹ da região, marcaram a virada dos anos 1980 a 1990. A área da costa de Tamoios, já havia sido loteada e essas áreas descendem os condomínios construídos no início dos anos 2000. Um ponto a ser relevado, é sobre a urbanização do distrito,

²¹ A prática perdura até os dias de hoje. Ver em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2020/01/23/homem-e-flagrado-fazendo-extracao-ilegal-de-areia-em-cabo-frio.ghtml>

iniciou-se em torno da Rodovia Amaral Peixoto, construída na década de 1940, com a política de infraestrutura de Getúlio Vargas, com o intuito de facilitar o escoamento da produção de produtos locais. A mesma favoreceu o crescimento desordenado, visto que essa região já se encontrava abandonada pelo poder público.

Ainda diante ao desenvolvimento urbano de Tamoios, em análise ao Plano Diretor Municipal de 2006²², pouco se fala da região e do desenvolvimento dela. O distanciamento do distrito com a cidade de Cabo Frio é evidente, principalmente em termos de mobilidade urbana, acesso a saúde, educação municipal, pavimentação, saneamento básico e entre outros.

Vale ressaltar que a grande parte da receita líquida de verba dos *royalties* do petróleo²³, tem-se por conta da faixa litorânea pertencente a esse território. Todo esse processo gerou uma revolta na população de Tamoios, onde eles não se sentem pertencentes do Município de Cabo Frio. No ano de 1991 o distrito tentou se emancipar de Cabo Frio, mas por questões políticas não conseguiu.

²² Lei Complementar nº 04, de 7 de dezembro de 2006

²³ O assunto será aprofundado no próximo capítulo.

4. A ECONOMIA URBANA CABO-FRIENSE

Nesse capítulo, será abordada a constituição da cidade a partir da evolução econômica cabo-friense. Vale ressaltar que o desenvolvimento econômico municipal está afeiçoado às conjunturas políticas e econômicas da corte colonial portuguesa no Brasil e às características geográficas da região. Dessa forma, proponho analisar essa linha evolutiva em quatro momentos, considerando o período pré-colonial com a economia extrativista do pau-brasil; economia da pesca e do sal; economia do turismo e por último era dos *royalties*.

Numa perspectiva geográfica, será utilizado como arcabouço teórico a noção de periodização Santos e Silveira (2001, p. 24), onde declaram que os períodos “são pedaços de tempo definidos por características que interagem e asseguram o movimento do todo.” Ainda continuam afirmando que “essa interação se faz segundo um controle que assegura uma reprodução ordenada das características gerais, isto é, segundo uma organização”. Em outras palavras, a lógica espaço-temporal²⁴ caracteriza um período. Posto isto, esse método possibilita o entendimento do cenário atual por meio do resgate histórico das transições econômicas já experienciadas.

Em uma perspectiva econômica, as atividades realizadas em Cabo Frio foram bem variadas da pesca até a produção industrial e atualmente a compensação financeira por meio dos *royalties* do petróleo. Por conta de sua favorável localização geográfica, o município sempre esteve em um papel de destaque no Estado do Rio de Janeiro desde a sua colonização.

4.1 O USO DO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO

4.1.1 Pau Brasil

À frente de características geográficas de localização favoráveis, Cabo Frio assume um papel de destaque na colonização portuguesa na América, por conta da

²⁴ A relação espaço-tempo é complexa. O conceito de tempo é relativo e subjetivo, ele será fruto da percepção coletiva, ou seja, a noção de periodização torna-se necessária para compreender essas particularidades, a fim da identificação dos sistemas temporais vivenciados no espaço cabo-friense. Além do mais, a relação dos períodos históricos e a organização espacial do município, pode indicar as modificações no espaço e essas modificações são diferenciadas, pois o espaço não é homogêneo. Ver a discussão em “Por uma Geografia Nova” (SANTOS, 2012)

sua enorme reserva de pau brasil.

Nessa perspectiva, a exploração madeireira constituiu o cenário do primeiro período econômico da região, na qual era a única fonte de renda da colônia. Conforme observado no capítulo anterior, esse privilégio geográfico atraiu os franceses para a região, onde estabeleciam feitorias e faziam contrabando de madeira. Esse processo em Cabo Frio perdurou de 1503 a 1615, apoiado em (FERNANDES, 2018). O qual apresentou forte ligação com os períodos econômicos do país.

A exploração por meio da coroa portuguesa, perdurou depois 1502 a 1697. A busca incessante de pau-brasil pelos Europeus era por ser uma madeira dura e compacta que se adequava a construção naval e civil, ao artesanato, confecção de instrumento musicais e entre outros.

Todo esse extrativismo resultou em uma devastação da área ambiental²⁵ na região, pois naquela época não existiam órgãos reguladores. Esse fato levou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA a incluir o Pau-brasil a lista de das ameaças de extinção em 1991. (FERNANDES, 2018).

A região de Cabo Frio sempre sofreu com devastações ambientais, tendo como motivação a especulação imobiliária. Com o desenvolvimento do turismo -o qual será abordado brevemente- tivemos o retorno da devastação.

4.1.2 Industria do Sal e Pesca

O extrativismo de madeira não foi a única base da economia colonial, nesse momento, o sal se tornou um elemento determinante da economia naquele cenário, diante das condições geográficas eficientes para tal. A atividade pesqueira é destacada por ser a primeira indústria a se estabelecer no município e logo em seguida a indústria salineira. A atividade salineira utilizava as matérias primas da Laguna de Araruama²⁶, que é uma das lagunas mais hipersalinas do mundo e tem torno de 52% de salinidade.

A pesca foi, não só, a primeira atividade econômica da região de Cabo Frio, mas assim como o sal, esteve sempre presente na sociedade cabofriense, deixando marcas tanto na economia quanto na cultura local. No início da década de 1960 ainda eram ambos – o sal e a pesca – as principais atividades econômicas do município. Em 1960 a cidade de Cabo Frio contava com 10 estabelecimentos de beneficiamento de pescado e em 1962 foi instalada na cidade uma indústria de conserva de peixe. Além da pesca de peixe, outra atividade bastante importante era a pesca da baleia, sendo que a Sociedade

²⁵ Ver “Viagem à Terra do Pau-brasil” (1992) de Marcio Werneck da Cunha.

²⁶ Ver Wikipédia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lagoa_de_Araruama#cite_note-1

de Pesca Tayo Ltda registrou um movimento de 452 baleias abatidas em Cabo Frio no ano de 1961. (CHRISTOVÃO, 2011, p. 38)

Figura 3: Pesca de Baleia em Armação dos Búzios, 1960



Fonte: Memorial de Cabo Frio, Facebook. Colorização: Achilles Pagalidis

Como lembra Christovão (2011, p. 38), a atividade salineira só se estabeleceu como indústria a partir de 1801 “em função do fim do estanque do sal, que se inseriu num conjunto de mudanças mais amplas ocorridas no Reino e na administração colonial brasileira.”

(...) Neste particular ocorreram inovações, já na virada do século XIX, como a eliminação dos monopólios sobre o sal e a pesca da baleia, fixando-se compensatoriamente os impostos de saída do reino (sal exportado para o Brasil) e de saída do Brasil (salinas de Pernambuco, Cabo Frio, Rio Grande e futuras explorações), bem como, do ‘papel selado’, taxa que complementaria a formalização dos negócios. (CHRISTOVÃO *apud* WEHLING, 2011, p. 36)

Nesse contexto, a economia brasileira passava por um momento de fragilidade, diante da política industrial do governo Vargas, foi desenvolvido o Instituto Nacional do Sal - INS, vinculada ao Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria, a agência tinha como direcionamento atender as demandas do setor salineiro e do capital no território brasileiro, a fim de seu desenvolvimento industrial.

O projeto de industrialização implementado em Cabo Frio, instalou a

Companhia Nacional de Álcalis (fig. 4), Refinaria Nacional do Sal (fig. 5) e a Companhia Salinas Perynas (fig. 6). Por se tratar de indústrias de base, o enfrentamento político e econômico com a instalação e permanência desse projeto é notória²⁷.

A Companhia Nacional de Álcalis (CNA), foi projetada em 1943, durante o Estado Novo, localizada em Arraial do Cabo²⁸, teve suas atividades iniciadas em 1960. A principal produção da CNA foi a barrilha²⁹. A instalação da indústria no município foi cercada de muitas divergências políticas, no âmbito nacional e internacional³⁰. As disputas entre os grupos regionais concordavam que a instalação da indústria deveria ser no centro-sul ou no Nordeste e empresas reguladoras dos trustes e carteis internacionais, nas palavras de Pereira (2020, p. 285):

A Du Pont, a Imperial Chemical Industries (ICI) e o grupo belga Solvay, detentor da patente de um dos principais processos de fabricação de barrilha, utilizado pela CNA. Todas essas empresas controlavam o fornecimento de álcalis sódicos às indústrias de transformação na América Latina. A associação internacional entre capitais do setor industrial químico e financeiro travou o projeto original da CNA.

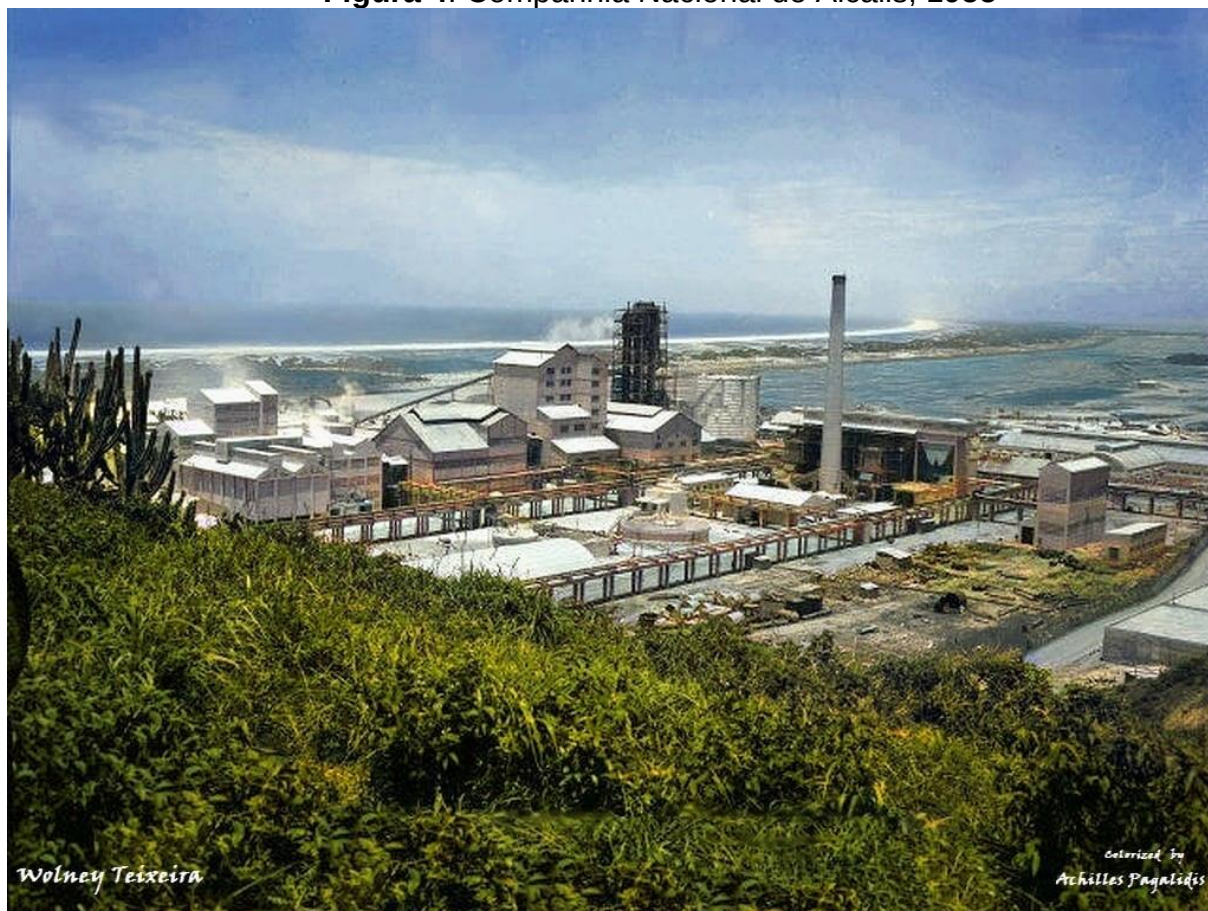
²⁷ Não será discorrida toda discussão acerca da implementação da indústria salineira em Cabo Frio, pois não é de relevância diante o objeto específico de estudo.

²⁸ Nesse momento, Arraial do Cabo ainda era um distrito de Cabo Frio.

²⁹ Componente químico para a fabricação de produção de vidro, papel, raiom, sabões e detergentes.

³⁰ Os técnicos estrangeiros alegavam que a temperatura da água, a produção local de sal, não era considerada o suficiente para a oferta da matéria-prima (PEREIRA, 2020).

Figura 4: Companhia Nacional de Álcalis, 1955



Fonte: Wolney Teixeira (1995). Colorização: Achilles Pagalidis

A construção da indústria foi marcada por vários obstáculos. A coordenação da CNA na região desempenhou um papel muito importante, tanto na estrutura industrial do município, quanto na cultura regional e o modo de vida. Em relação a uma questão demográfica (CHRISTOVÃO, 2011) afirma que “a população do município teve um crescimento de 69,64% entre 1950 e 1960” (gráfico 1). Esse crescimento se justifica no fluxo migratório de populações Nordestinas e de áreas do Norte Fluminense, em busca de emprego.

No entanto, a decisão do governo de Vargas em implementar a Álcalis, era por uma questão de autonomia industrial no país para fabricação de soda caustica e barrilha³¹, visto que o mercado brasileiro tinha um grau de dependência desse insumo internacional³². Em referência a Pereira (2014) a indústria de álcalis no Brasil,

³¹ Esses produtos necessitavam do sal e do calcário como matéria prima.

³² Os Estados Unidos, apesar de serem responsáveis por quase 50% da produção mundial de álcalis sódicos, exportavam apenas 5% da sua produção, tamanha a demanda interna. Esses números atestavam a crescente impossibilidade de os Estados Unidos suprirem o mercado brasileiro. (PEREIRA, 2014)

diminuiria a dependência desses produtos no mercado internacional, além de acelerar o processo de industrialização, principalmente das indústrias de base e de transformação.

A fábrica de Arraial do Cabo deveria ser capaz de captar água do mar para refrigeração dos seus equipamentos; extrair sal de uma salina a ser construída pela própria empresa, para complementar suas necessidades; extrair conchas da Lagoa de Araruama, para a transformação em calcário; captar água doce do subsolo da restinga e da Lagoa de Juturnaíba para fornecer à cidade e à fábrica; e produzir o carvão vegetal a ser utilizado como combustível resultante da queima de eucaliptos a serem plantados no entorno norte da Lagoa de Araruama. (PEREIRA, 2014, p. 60)

Após mais de uma década para finalmente iniciar as atividades da indústria, teve seu encerramento nos anos 1980, devida as condições custosas de produção, os principais consumidores preferiam importar os produtos. Além do cenário político que estava sendo experienciado, segundo Walter Pereira em entrevista à Folha dos Lagos³³. Diante das dificuldades econômicas enfrentadas, em 1990, no governo Collor, a indústria foi privatizada. E em 2006, foi decretada a falência.

Contudo, a Refinaria Nacional do Sal conhecida como Sal Cisne, pelos munícipes, se instala em Cabo Frio no ano de 1951, com o intuito de suprir a demanda de sal refinado com alto teor de pureza. Além de atender a demanda de 4 indústrias farmacêuticas e alimentícias que necessitavam desse material. A Sal Cisne está em operação até o momento no município.

³³ Ver em: <<https://www.folhadoslagos.com/geral/alcalis-a-gigante-que-mudou-para-sempre-uma-pacata-vila-de-pescadores/16216/>>.

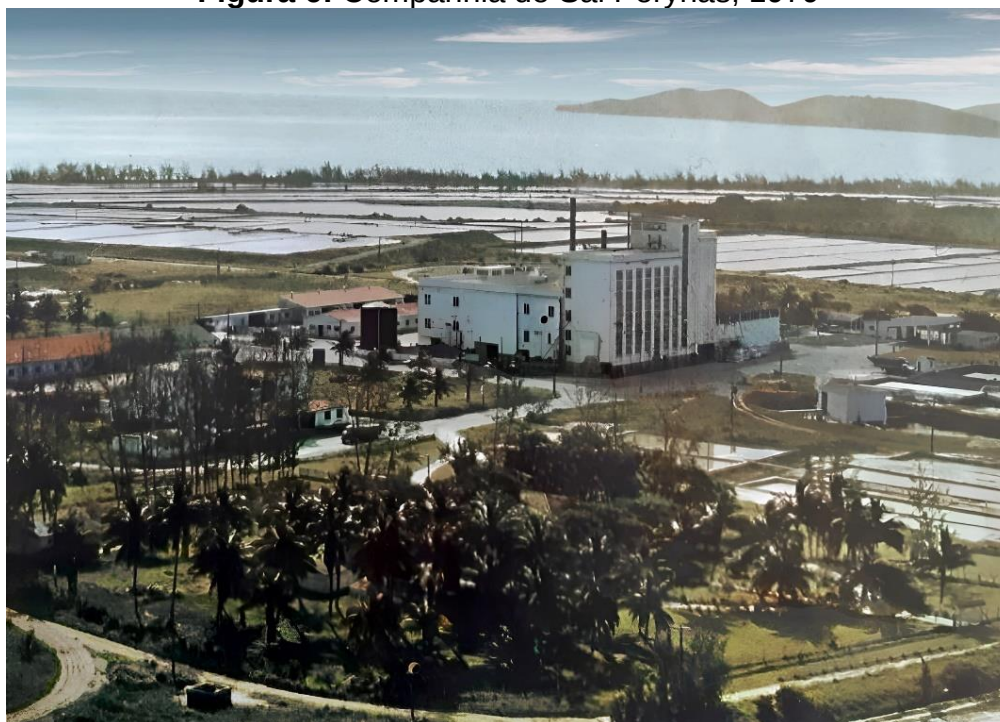
Figura 5: Refinaria Nacional do Sal (Sal Cisne S/A)



Fonte: LinkedIn, 2022.

A Companhia Salinas Perynas, foi inaugurada em 1930, sob a administração do governador do Rio de Janeiro da época, Miguel de Oliveira Couto, no ano de 1955 a sua planta foi remodelada, pela alta demanda produtiva. O método produção industrial era de evaporação a vácuo, na época, somente a Perynas utilizava esse método, logo em seguida foi incorporado pela Refinaria Nacional do Sal. A empresa manteve a sua operação até a primeira década do século XXI.

Figura 6: Companhia de Sal Perynas, 1979



Fonte: Memoria Cabo Frio, Facebook (2022).

Em termos logísticos tanto a população quanto as indústrias enfrentavam um problema, nas palavras de Elísio Gomes Filho em Histórias de Célebres Naufrágios do Cabo Frio³⁴, relata brevemente a questão logística regional:

Em 1913, a dois anos do tricentenário de sua fundação, a cidade de Cabo Frio permanecia mergulhada na vida pacata e solitária de sempre, isolada da capital e do resto do país pela falta de estradas. Os trilhos da ferrovia Maricá, que haviam chegado à região (em Araruama) em 1911, agora estendiam-se até Iguaba Grande. Somente em 1915 os cabo-frienses ganhavam um meio de locomoção: a lancha a motor com que o francês Alberto Mazur inaugurou a primeira linha de transporte de passageiros, via Laguna de Araruama. Era um percurso muito perigoso nos dias de vento forte; e mesmo com águas calmas, navegava-se horas até atingir a estação de Iguaba. Depois, dali até Niterói a situação não era melhor, pois as inúmeras falhas na construção da ferrovia causavam tantos descarrilhamentos que a viagem poderia durar mais de dez horas. Em 1923, com a abertura de uma estrada de rodagem até Iguaba, foi inaugurada uma linha de ônibus com viagem às terças-feiras e, tempos depois, também aos sábados. Com a construção da ponte Feliciano Sodré, em 1926, foi estabelecido um serviço de ônibus diário.

Posto isto, um porto³⁵ foi criado em Arraial do Cabo no ano de 1924 para facilitar o escoamento das mercadorias do setor, ele possuía estrutura de receber

³⁴ Ver em < http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_3/cabofrio.htm>.

³⁵ O porto já existente no distrito de Cabo Frio não suportava grandes embarcações, o que atrapalhava os escoamentos volumosos.

navios de grande porte. Segundo (CHRISTOVÃO, 2011), no ano de 1929, a Perynas construiu a Companhia de Porto e Melhoramentos de Cabo Frio e construiu então uma estrada de ferro, ligando as salinas ao Arraial do Cabo e igualmente a concessão para construir um porto de mar para barcos de maior porte, como já citado, o Porto do Forno. Além da construção da Ponte Feliciano Sodré

Nesse cenário, como afirma (BARBIERE, 1974), a atividade salineira representou aproximadamente, sessenta por cento (60%) da receita municipal. E manteve o estado do Rio de Janeiro o 2º maior produtor salineiro nacional até a década de 1980.

4.1.3 Turismo

A partir dos anos 1950, o turismo se apresenta como atividade econômica na cidade de Cabo Frio, mas o seu apogeu é durante a década de 1970. Nesse primeiro momento, o turismo Cabofriense é destinado a elite carioca e a classe artística nacional, eles se hospedavam nas vilas de pescadores e até adquiriam essas residências. Vale ressaltar, que nesse momento o município ainda não tinha muita modificação em sua estrutura urbana e isso só ocorrerá décadas depois.

Como aponta Christovão *apud* Bernardes (2011, p. 95), as mudanças na cidade nesse primeiro momento foram mínimas:

Nos últimos anos, surgiu, e está se desenvolvendo com grande rapidez, uma nova atividade, a indústria do turismo. Possui a região paisagens de rara e variada beleza às margens da lagoa e nas enseadas de Cabo Frio, sendo, além disso, um local excepcional para os banhos de mar e a pesca, especialmente a submarina. (...) no seu conjunto, no entanto, não perdeu sua fisionomia de velha cidade que, embora datando do período colonial, não possui belos edifícios a testemunhar uma antiga opulência e sim um casario modesto, índice de uma evolução lenta, alheia aos grandes ciclos econômicos de nossa história.

Ainda sobre esse primeiro momento, com a Instalação da Companhia Odeon e a influência da elite carioca, tivemos um período de privatização de espaços privilegiados e a construção de lates Clubes e entre outros espaços de lazer para a reprodução dessa classe.

Na década de 1960, devido a visita da atriz francesa Brigitte Bardot, ao terceiro distrito de Cabo Frio (Armação dos Búzios)³⁶, gerou um alvoroço da imprensa

³⁶ Nesse momento Armação dos Búzios era uma vila de pescadores. A internacionalização da península Buziana fez com que a especulação imobiliária aumentasse, trazendo um público cada vez mais

nacional e reconhecimento mundial dessa região. Os veículos de comunicação fizeram diversas manchetes sobre a passagem da francesa em Cabo Frio, essa movimentação criou o codinome que Armação dos Búzios tem até hoje, como um lugar paradisíaco e de refúgio.

Com o declínio da Indústria do Salineira, na década de 1970 o turismo começa a se expandir no município de Cabo Frio. Nesse momento, temos um cenário de desenvolvimento da malha rodoviária que viabilizou o transporte de passageiros a frequentarem a região, a construção da ponte Presidente Costa e Silva, conhecida como Rio – Niterói e a pavimentação da BR-101.

Nessa esfera, nota-se que o desenvolvimento do urbanismo em Cabo Frio tinha uma dualidade, a primeira dizia sobre a ocupação popular, dos munícipes e a segunda, a turística, onde a paisagem que era construída pelas salinas e a pesca, foi cenário da especulação imobiliária, com residências luxuosas. Esse processo que até então estava ocorrendo, começou a afetar a dinâmica de vida dos moradores mais antigos.

Toda a trajetória elucidada brevemente, ilustra como deu origem a segregação socioespacial que existe dentro do primeiro distrito de Cabo Frio³⁷. No entanto, Cabo Frio teve sua transição da economia salineira a economia do turismo em curtos passos, até chegar em seu momento de ascensão durante o período do Milagre Econômico, tornando a região mais acessível a classe média carioca.

Na virada da década de 1990, o município foi contemplado com a compensação financeira dos royalties do petróleo, devido a exploração petrolífera na Bacia de Campos, o que impulsionou e estimulou a economia local, desenvolvendo novas funções a espaço. No próximo capítulo esse assunto será mais destrinchado.

elitizado para o município, a paisagem bucólica voltada a atividade da pesca, foi adaptada à construção de mansões, hotéis e condomínios de luxo. Com adaptação em (SOARES, 2021)

³⁷ No capítulo anterior, foi abordada a segregação socioespacial entre os dois distritos, mas existe esse fenômeno dentro do primeiro distrito. A Ponte Feliciano Sodré demonstra os limites de inserção de políticas urbanas, públicas e direito a cidade em Cabo Frio.

5. A ERA DO PETRÓLEO

Após entender brevemente os períodos econômicos cabo-frienses, este capítulo tem como objetivo esclarecer o uso e ocupação pela extração de Petróleo e Gás no município de Cabo Frio. Além de fazer uma análise dos dados extraídos do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e uma breve discussão da aplicação da contribuição no território.

O petróleo se apresenta como um recurso finito e não renovável que está muito presente na composição dos produtos atuais, além de ser a principal fonte de energia atualmente. Tendo o petróleo como matéria prima, é possível ter: combustível automotivo; plásticos; borrachas sintéticas, tintas, goma de mascar e entre outros. Para a sua extração é necessário construir plataformas marítimas para perfurar o solo³⁸ em camadas profundas

O Brasil está na lista dos países que utilizam do recurso finito do Petróleo, tendo o estado do Rio de Janeiro como o maior produtor da commodity. As principais bacias petrolíferas no cenário nacional são as de Campos e Santos. À vista disso, o município de Cabo Frio é confrontante da Bacia de Campos e a partir dos anos 1990, o município passou a receber os *royalties* de petróleo, com a Lei do Petróleo, a qual transformou a receita municipal. As compensações financeiras pagas aos municípios confrontantes a bacia de campos, são chamados de *royalties* do petróleo³⁹.

Em 1997, com a aprovação a Lei nº 9478, nomeada Lei do Petróleo, onde novos critérios foram estabelecidos para o cálculo e de distribuição de royalties para os municípios produtores ou afetados pela indústria do petróleo. A exploração do Petróleo e Gás, provocou uma série de mudanças a nos municípios da Baixada Litorânea⁴⁰. Cada município apresenta a sua função dentro da cadeia produtiva do Petróleo, no entanto, o repasse vai variar de acordo com a função desempenhada.

³⁸ A ciência afirma que o petróleo se localiza em uma camada profunda após o processo de decomposição de animais marinhos que se acumularam em um ambiente de pouco oxigênio.

³⁹ “instrumentos estabelecidos por lei para compensar a sociedade pela exploração de recursos escassos, como é o caso do petróleo e do gás natural” (MARAFON, et. al., 2011, p.37). Ver em Serra (2005) o debate sobre os *royalties*.

⁴⁰ Mesorregião da Baixadas Litorâneas é composta por 10 municípios, sendo eles: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casemiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silvia Jardim. (IBGE, 2022)

5.1 USO DO TERRITÓRIO DE CABO FRIO PELA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

A Bacia de Campos é uma bacia sedimentar com aproximadamente 100 mil km². O seu processo de formação foi há 120 milhões, explicado a partir da teoria da deriva continental, em que houve a separação dos continentes, a Bacia surge com a separação do continente sul-americano e africano, esse processo gerou um depósito natural de sedimentos na localidade, a concentração desse material somatizado o soterramento das rochas mais antigas, fizeram com que a temperatura aumentasse, esse aumento gerou uma transformação na matéria orgânica que estava depositada em rochas profundas, dando origem às reservas de óleo e gás. (TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2022)

Ainda segundo o autor referenciado acima, a Bacia de Campos⁴¹ abrange 11 municípios⁴² do litoral fluminense.

As atividades do setor petrolífero tiveram início na década de 1970, mas apenas nos anos 1990, que a região da Bacia de Campos começa a apresentar uma alta performance. Nota-se que esse movimento econômico serviu como instrumento de incentivo a emancipações distritais⁴³, esse momento ficou conhecido como “febre emancipatória”. Como referido acima o município de Armação de Búzios se emancipou em 1995.

O município de Cabo Frio, faz parte da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo - OMPETRO, tendo como sócios os municípios Produtores de Petróleo e Gás da Bacia de Campos. A organização foi fundada em 2001 e seria responsável por buscar estratégias de planejamento dos recursos e possibilitar o desenvolvimento regional.

A OMPETRO teve seu ato de criação formalizado em 26 de janeiro de 2001, com sede e foro no Município de Campos dos Goytacazes, local de sua fundação e instalação. São seus sócios os municípios Produtores de Petróleo

⁴¹ Vale ressaltar, que a Bacia de Campos não constitui uma divisão geográfica regional, os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio e Rio das Ostras, não fazem parte do norte fluminense, e sim da Região dos Lagos.

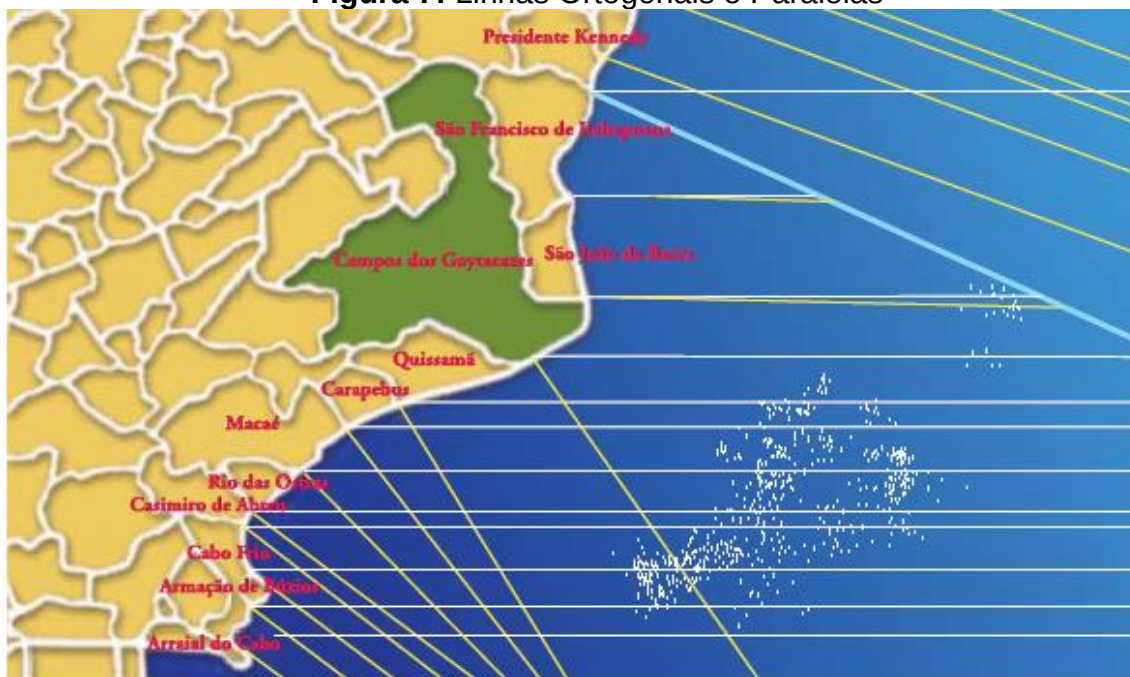
⁴² Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. (TERRITÓRIOS DO PETRÓLEO, 2022).

⁴³ Do ano de 1990 a 1997, surgiram três novos municípios no estado do Rio de Janeiro: Quissamã, Rio das Ostras e Carapebus.

e Gás da Bacia de Campos (definidos pelas Leis 7990/89 e 9478/97), bem como os municípios Limítrofes da Zona de Produção Principal da mesma bacia. Tem como um de seus objetivos a defesa desses e de tantos outros municípios que venham a se tornar produtores de petróleo e gás na plataforma continental fluminense, e a renda da organização é oriunda dos municípios nela representados. (PIQUET, 2004, p. 32)

Posto a espacialização elucidada, os *royalties* e as participações especiais são repassados⁴⁴ aos municípios confrontantes a Bacia de Campos, conforme a sua posição geográfica em relação aos poços de extração. Esses poços são divididos através de linhas paralelas e ortogonais determinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como ilustrado na figura 7, os pontos brancos no meio do oceano representam os poços petrolíferos confrontantes as áreas geográficas.

Figura 7: Linhas Ortogonais e Paralelas⁴⁵



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, (2003).

Conforme o artigo 4º da Lei 7525/86, as áreas geoeconômicas referente aos poços, se dividem em três zonas distintas, sendo elas: Zona de Produção Principal (ZPP), Zona de Produção Secundária (ZPS) e Zona Limítrofe (ZL). (ver anexo 1)

- **Zona de Produção Principal (ZPP):** agrupamento de municípios

⁴⁴ Os *royalties* são repassados da Companhia Petrolífera ao Tesouro Nacional, logo em seguida ao União, Estado e Município.

⁴⁵ Essa figura não está sendo utilizada como mapa de localização e sim uma figura ilustrativa do rateio.

confrontantes com poços produtores e/ou municípios onde operarem três ou mais instalações seguintes tipos:

- a) instalações industriais para processamento, tratamento, armazenamento e escoamento de petróleo e gás natural, excluindo os dutos;
- b) instalações relacionadas às atividades de apoio à exploração, produção e ao escoamento do petróleo e gás natural, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios.

- **Zona de Produção Secundária (ZPS):** Os Municípios atravessados por oleodutos ou gasodutos, incluindo as respectivas estações de compressão e bombeio, ligados diretamente ao escoamento da produção, até o final do trecho que serve exclusivamente ao escoamento da produção de uma dada área de produção petrolífera marítima, ficando excluída, para fins de definição da área geoeconômica, os ramais de distribuição secundários, feitos com outras finalidades.
- **Zona Limítrofe (ZL):** à de produção principal os Municípios contíguos aos Municípios que a integram, bem como os Municípios que sofram as consequências sociais ou econômicas da produção ou exploração do petróleo ou do gás natural.

Entendendo como é a divisão da área geoeconômica para o repasse dos *royalties*, torna-se necessário identificar os itens que compõem essa fatia desse rateio. Segundo a Agência Nacional do Petróleo, no regime de concessão dos *royalties*, o percentual pode variar entre 5% (mínimo) e 10% (máximo)⁴⁶.

A distribuição de royalties para cada município é proporcional a participação de seu coeficiente individual na soma dos coeficientes individuais de todos os municípios da zona (principal, secundária ou limítrofe) de que ele faz parte. (ANP, 2001, p.73)

A regra que se aplica ao rateio dos *royalties* é:

⁴⁶ A categoria de municípios confrontantes com campos petrolíferos quando as linhas ortogonais ou paralelas abarcam campos produtores localizados na plataforma continental. (MPRJ, 2019).

Quadro 1.1 – Síntese do rateio dos royalties conforme a Lei n.º 9.748/97

Até 5% (Lei n.º 7.990/89)	1) Municípios Integrantes da Zona Principal de Produção da Área Geoeconômica
	2) Municípios Integrantes da Zona Secundária de Produção da Área Geoeconômica
	3) Municípios Limítrofes à Zona de Produção Principal
	4) Municípios com Instalações de Embarque/Desembarque de Petróleo ou Gás Natural.
Acima de 5% (Lei n.º 9.478/97)	1) Municípios Confrontantes com Campos de Produção
	2) Municípios Afetados pelas Instalações de Embarque/Desembarque de Petróleo ou Gás Natural

Fonte: Agência Nacional do Petróleo, (2001, p. 45)

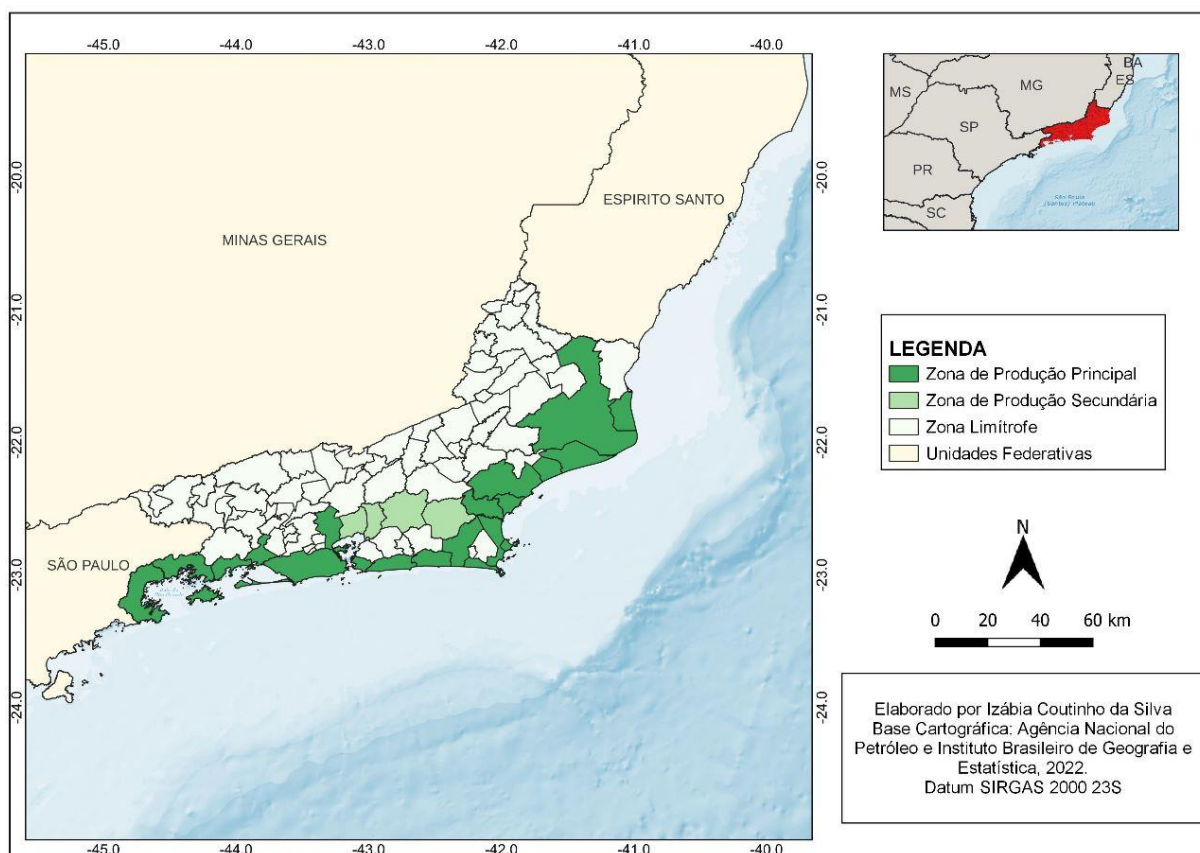
O quadro 1.1 representa a distribuição das duas regras de rateio dos *royalties* entre o conjunto dos beneficiários: União, estados e municípios. Para parcela de até 5% o parâmetro é feito em relação ao poço de petróleo⁴⁷ e para acima de 5% é em relação ao campo produtor⁴⁸.

Portanto, apenas 20 municípios participam da ZPP (anexo 1). Todos os agentes territoriais que participam da cadeia produtiva do Petróleo e Gás, recebem uma fatia desses *royalties*. Conforme o Mapa 3, todos os municípios do Rio de Janeiro participam do rateio dos *royalties*.

⁴⁷ Nesse caso, os *royalties* são calculados conforme a produção Unidade da Federação e o coeficiente populacional designado pelo IBGE considerando a sua zona de produção.

⁴⁸ “A parcela será calculada proporcionalmente à área do campo contida entre as linhas de projeção dos limites territoriais do estado, sendo o referido percentual aplicado somente sobre tal parte.” (ANP, 2001, p.91)

Mapa 3: Definição das Áreas Geoeconômicas, segundo as Zonas de Petróleo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Diante disso, o município de Cabo Frio está presente na Zona de Produção Principal (ZPP), sendo confrontante a bacia de Campos, executando a função de produção petrolífera. Aproximadamente 75% do repasse dos *royalties* pra Cabo Frio é por conta de sua faixa litorânea do Distrito II – Tamoios, correspondendo mais de 10km de extensão. Posto isto, no tópico a seguir, analisaremos alguns indicadores para compreender o uso dessa arrecadação no território.

5.1.1 Influências Dos Royalties Na Economia Cabo-Friense

Uma das maiores discussões que se tem até hoje, é referente a utilização dessa compensação financeira, conforme a Petrobrás,

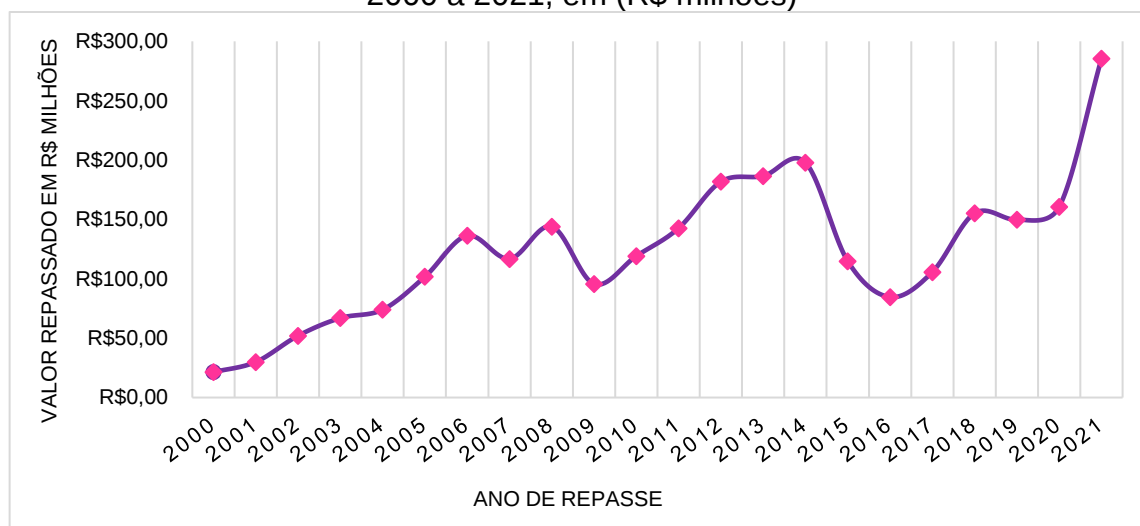
Esses devem ser aplicados em projetos de três dimensões, que preparem o município e as gerações futuras para quando o petróleo terminar, que gerem riqueza alternativa de modo sustentável para substituir a riqueza exaurida e que contribuam para a justiça intergeracional. (PETROBRÁS, 2012, p. 50).

O controle e a distribuição dos royalties estão sob a responsabilidade da

Agência Nacional do Petróleo (ANP), o órgão foi criado para regular a indústria do petróleo. Por se tratar de um recurso de livre aplicação, não há uma transparência efetiva quanto ao uso dos *royalties* do petróleo, o que ocorre são recomendações⁴⁹ de órgãos públicos, como o TCE. No mais, eles não podem ser utilizados pela administração pública para pagar salário de funcionários permanentes - a não ser professores em sala de aula – e nem de dívidas públicas – exceto com a união -. Existem recomendações que afirmam que esses recursos devem ser integralmente investidos em Educação e Saúde, tendo uma discussão bem ampla, sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores, se essa arrecadação realmente está sendo investida na melhoria da qualidade de vida da população da área geoeconômica e a recuperação ambiental das regiões afetadas com a extração do recurso.

Desde a aquisição da compensação financeira nos anos 1990, o município de Cabo Frio se apresenta como confrontante e possuindo vantagens competitivas devido a sua localização. Posto isto, o gráfico 3 elucida a performance do pagamento da compensação ao município.

Gráfico 3 - Royalties repassados para o município de Cabo Frio entre os anos de 2000 à 2021, em (R\$ milhões)



Fonte: Agência Nacional do Petróleo, 2022.

Nas últimas décadas as compensações financeiras dos *royalties* modificaram e estruturaram os cofres fluminenses. Nesse sentido, o município de Cabo Frio sempre apareceu em uma posição de destaque quanto a sua participação

⁴⁹ Ver em “ACORDÃO Nº 117014/2022-PLEN” do TCE-RJ.

no rateio dos *royalties*. Nos primeiros anos da década, é possível perceber o aumento gradual e isso se configura pelo crescimento e estabilização da indústria do petróleo e gás no município, o governo da época desenvolveu uma série de obras e remodelações nos bairros do Distrito I, como asfalto, calçamento e manilhas.

Ao fazer a análise desses valores repassados, é necessário levar em conta a produção dos poços petrolíferos e o valor do barril. É possível perceber uma oscilação da arrecadação.

O ano de 2014 é marcado pela crise do petróleo e operação lava-jato⁵⁰, a queda do preço do barril e o início da lava-jato desmantelaram a arrecadação dos *royalties*. Nesse contexto, o orçamento municipal foi reduzido, tendo como consequência a incapacidade do órgão público em cumprir com os contratos feitos, suspensão investimento em infraestruturas ou de qualquer natureza. Gradativamente, o município vinha se afundando em uma crise econômica. O ano de 2015 foi marcado por um atraso salarial que perdura até os dias atuais.

No ano de 2016, como pode perceber no gráfico, foi o ano de menor repasse e o ápice da crise econômica no município, com a queda dos *royalties* praticamente não se tinha os repasses trimestrais.

O ano de 2021 é marcado por um *boom* de repasse petrolíferos, a Agência Nacional do Petróleo afirmou que o aumento das arrecadações ocorre principalmente à alta do preço do Brasil do petróleo no mercado internacional, à perda de valor do real frente ao dólar e o crescimento de produção na área do pré-sal.

Atualmente Cabo Frio vem se recuperando economicamente e não tem como isolar a análise do município de Cabo Frio, sem perceber que a discussão dos *royalties* é uma questão de regional, pois o estado do Rio carrega a função em financiar e conduzir políticas públicas. A taxa de dependência de transferências de recurso do Estado é de 77% e é algo questionável, pois entendendo que o petróleo é um recurso finito, essa contribuição deveria ser utilizada pra estruturar a economia municipal e nota-se uma falta de comprometimento da gestão pública em conduzir o cofre público.

⁵⁰ A queda internacional do preço do barril e o começo da operação lava-jato vão desmantelar a arrecadação dos *royalties*.

Quadro 1.2 – Ranking dos Municípios confrontantes a Bacia de Campos com maior repasse de *royalties* em 2021

<i>Municípios confrontantes a Bacia de Campos⁵¹</i>	<i>Ranking de Repasse dos Royalties do Petróleo</i>
Maricá	1º
Cabo Frio	6º
Quissamã	7º
Rio das Ostras	12º
São João da Barra	13º
Itaguaí	16º
Casimiro de Abreu	17º
Carapebus	23º

Fonte: Estudos Socioeconômicos do TCE, 2021

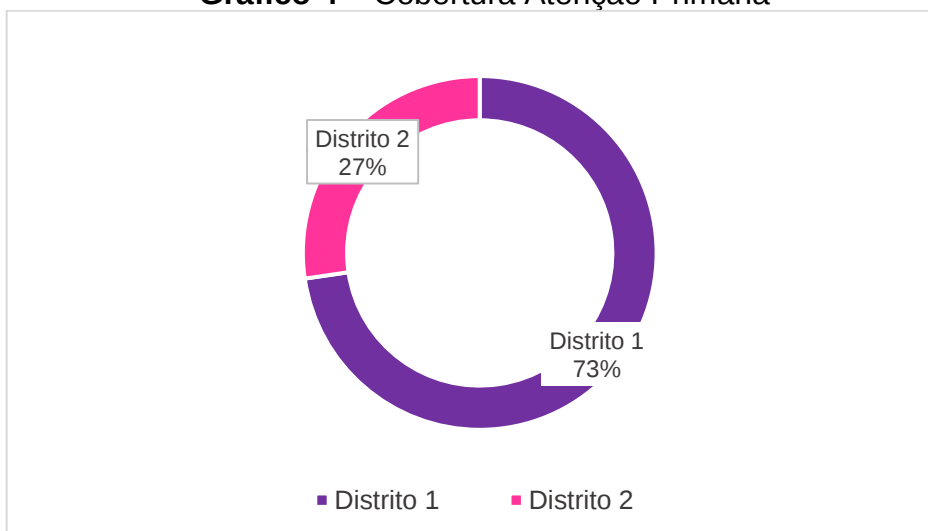
Para a análise do quadro acima (1.2), foi adotado como método a escolha dos municípios da bacia de campos que executam **somente** a função de confrontante⁵², a fim de equiparar os municípios que possuem a mesma função na cadeia produtiva. Nesse sentido, desde a aquisição dos royalties, Cabo Frio fica sempre entre o 2º a 6º no ranking de repasse dos *royalties*.

Vale ressaltar que desde o início do pagamento dos *royalties* a regionalização do rateio proposta pelo IBGE vem sofrendo alterações, municípios que participavam da ZPS passaram a ser ZPP por conta das projeções das linhas ortogonais e paralelas. Isso vem gerando diversos debates entre os municípios da ZPP, pois reduz o repasse.

⁵¹ Quando a produção ocorre no mar (produção offshore, no jargão técnico) a terminologia cabível para os municípios principais beneficiários das Rendas Petrolíferas é “Municípios confrontantes” (com poços e campos de produção). (MPRJ, 2018)

⁵² No item 4.1 desse mesmo capítulo, foi apresentado todos os municípios confrontantes a bacia de campos, porém muitos municípios, como o caso de Campos dos Goytacazes, não executam somente a função de produtor. Campos além de produtor, é afetado por instalações de embarque/desembarque, ou seja, essa função a mais altera o coeficiente individual de participação do rateio.

Gráfico 4 – Cobertura Atenção Primária



Fonte: Secretária Municipal de Saúde, 2021.

A cobertura de Atenção Primária⁵³ em Cabo Frio, corresponde a aproximadamente 60%, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde. Entretanto, temos um cenário em que a população do Distrito II corresponde a 110 mil hab. e o Distrito I aproximadamente 124 mil hab., no qual o Distrito II tem cobertura em apenas 27% de seu território e o Distrito I 73%. Tendo em vista que o recurso petrolífero entra no município por conta de Tamoios, é impressionante analisar a performance desse indicador na dinâmica espacial.

Uma das maiores queixas da população além do acesso a cidade é o acesso à saúde pública, visto que é um problema que assola o município. Como citado anteriormente, essa área apresenta 299.700 km², mais que o dobro do Distrito I. Pela falta de Planejamento Urbano, as Unidades de Saúde não acompanharam o desenvolvimento dos Bairros na região. Atualmente, o indivíduo que reside na área rural do distrito, tem que percorrer cerca de 40km para ter acesso a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), fora a mobilidade urbana que é uma questão para a população local.

Tamoios é uma região que vem se desenvolvendo principalmente a partir das atividades petrolíferas. É evidente empiricamente perceber a desigualdade socioespacial entre os distritos e a falta de eficiência e eficácia na utilização dos

⁵³ A Atenção Primária à Saúde (APS) promove ações integrais que impactam positivamente à saúde de indivíduos e da coletividade. O nível primário une ações de promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde.

royalties projetos voltados ao desenvolvimento humano, econômico e social do distrito.

CONCLUSÃO

A incorporação do conceito de FSE possibilitou uma compreensão da evolução socioespacial do município a partir do modo de produção vinculada ao desenvolvimento social. Posto isto, é notório perceber que essa desigualdade socioespacial existente no município é fruto de uma herança colonial sustentada até os dias atuais quanto ao Distrito II, essa relação distrital nunca foi simétrica, a dicotomia onde o rural é relativo ao atraso e o urbano ao desenvolvimento.

Em breves palavras foi compreendida a relação dos povos originários, a colonização, a reconfiguração territorial, os três modelos econômicos experienciados pelo município e as considerações dos *royalties* do petróleo.

O presente trabalho tinha como objetivo inicial analisar o grau de investimento dessa arrecadação no Distrito II – Tamoios. Porém, por motivo de forças maiores, não conseguimos acesso aos dados de utilização desses recursos com os órgãos públicos.

Interpretar o cenário da economia cabo-friense é um trabalho árduo de perceber a falta de políticas públicas e urbanas para o desenvolvimento tanto econômico quanto social, além das disparidades nas implementações dessas políticas dentro do município. Essas questões vêm muito de encontro com a atual situação política do Estado do Rio de Janeiro, vivemos em um estado de colapso fadado a falência. Todos os municípios do Estado têm um Índice de dependência de transferência dos *royalties* acima de 50%, segundo o TCE

Não obstante, os resultados obtidos referentes à influência destes recursos dos *royalties* não são difundindo de maneira simétrica, pelos menos na variável (trabalhada) sobre saúde. Em termos territoriais, até hoje há uma insatisfação da população de Tamoios a gestão pública e a inviabilização por parte deles a eles. Creio que para além da falta do interesse público no primeiro momento em investir nessa região, tem o fator da distância da população do distrito sede e a complexidade de atender a demanda dessa população.

Finalizo esta pesquisa com mais questionamentos do que iniciei, mas entendendo a ideia de Milton Santos ao afirmar que o espaço é o acúmulo desigual de tempos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ComCiencia. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/petroleo/pet08.shtml>>.

BACIA de Campos. **Territórios do Petróleo.** Disponível em: <<https://territoriosdopetroleo.eco.br/index.php/baciacampos/>>.

BARBIERE, Evandro B. **Ritmo climatico e extracao do sal em cabo frio. Dissertação (Mestrado) –.**

CABO FRIO. **Plano diretor de desenvolvimento sustentado do Município de Cabo Frio:** lei complementar nº 04, de 7 de dezembro de 2006.

CARVALHO, Jonatas. Entre paisagens: a Fazenda Campos Novos, da colônia ao império. In: JÚNIOR, Ivo M. B. **Cabo Frio revisitado:** A memória regional pelas trilhas do contemporâneo. 1ª. ed. Cabo Frio: Sophia, v. I, 2020. Cap. 4, p. 431.

CENPE MPRJ. **Distribuição das Rendas Petrolíferas entre os Municípios Fluminenses,** 2019. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/documents/20184/540394/relatorio_rendas_petroliferas_mu_n_20200107.pdf>.

CHRISTOVÃO, João H. D. O. **Do sal ao sol: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio.** UERJ. São Gonçalo, p. 145. 2011.

FERNANDES, Rose. **Cabo Frio:** Polo Colonizador do Brasil. 3ª. ed.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA. **Relatório das atividades do TCMRJ: 1º trimestre de 2004.** TCMRJ. Rio de Janeiro. 2004.

GASPAR, Maria D. et al. Tratamento dos Mortos entre os Sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia,** São Paulo, 2007. 176.

GONÇALVES, Luiz F. D. O. **DE UMA PEQUENA CIDADE A CENTRO REGIONAL DAS BAIXADAS LITORÂNEAS: TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO URBANO E O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CABO FRIO (RJ).** Universidade Federal Fluminense. Niteroi, p. 85. 2019.

IBGE. **Cabo Frio.** Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/cabo-frio/historico>>.

KOZENIESKI, E. M. **Tempo e a produção do espaço:** diálogos com Milton Santos e Henri Lefebvre sob o horizonte do rural na região de Erechim. 37. ed.

LAMEGO, Alberto R. **O Homem e a restinga.** 1ª. ed.

MARAFON, G. J. . R. M. A. . & A. S. C. M. **Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro:** uma contribuição geográfica.

MOURA, José F. D.; MOREIRA, Luiz G. S. **História de Cabo Frio: dos sambaqueiros aos cabo-frienses** (c. 3.720 a. c. - 2020).

PEREIRA, Walter L. Companhia Nacional de Álcalis: do projeto a instalação de uma indústria de base. In: JUNIOR, Ivo M. B. **Cabo Frio revisitado: A memória regional pelas trilhas do contemporâneo**. 1ª. ed. Cabo Frio: Sophia, v. 1, 2020. Cap. 10, p. 395.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO. **DO PERÍODO COLONIAL ATÉ AGORA: cidade histórica**. Cidade Histórica.

RIBEIRO, Miguel A.; NUNES, Nathan D. S. **A formação territorial fluminense: das capitanias hereditárias aos dias atuais**. 1º. ed.

SANTOS, M. Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, jun 1977. 81-100.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4. ed.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6ª. ed.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª. ed.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 20ª. ed.

SENADO. **Projeto estabelece critérios para distribuição dos 'royalties' do petróleo na área do pré-sal**. Disponível em:
<https://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_188.html>.

SOARES, Patrick Almeida. GONÇALVES, Rafael Soares. **Território Quilombola: Formas de re-existência territorial da comunidade de remanescentes do quilombo de Baía Formosa**. Rio de Janeiro, 2021, 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios**. 2001 a 2020. ed.

ANEXO

Categoria dos Municípios para fins de recebimento dos royalties conforme a Lei 9.478/97	
Angra dos Reis Araruama Armação dos Búzios Arraial do Cabo Cabo Frio Campos dos Goytacazes Carapebus Casimiro de Abreu Duque de Caxias Itaguaí Macaé Mangaratiba Marica Niterói Parati Quissamã Rio das Ostras Rio de Janeiro São Joao da Barra Saquarema	Zona de Produção Primária (ZPP)
Cachoeiras de Macacu Guapimirim Magé Silva Jardim	Zona de Produção Secundária (ZPS)
Aperibé Areal Barra do Pirai Barra Mansa Belford Roxo Bom Jardim Bom Jesus do Itabapoana Cambuci Cantagalo Cardoso Moreira Carmo Comendador Levy Gasparian Conceição de Macabu Cordeiro Duas Barras Engenheiro Paulo de Frontin Iguaba Grande Itaboraí Italva Itaocara Itaperuna Itatiaia Japeri Laje do Muriaé Macuco	Zona Limítrofe (ZL)

Mendes Mesquita Miguel Pereira Miracema Natividade Nilópolis Nova Friburgo Nova Iguaçu Paracambi Paraíba do Sul Paty do Alferes Petrópolis Pinheiral Pirai Porciúncula Porto Real Quatis Queimados Resende Rio Bonito Rio Claro Rio das Flores Santa Maria Madalena Santo Antônio de Pádua São Fidelis São Francisco de Itabapoana São Gonçalo São Joao de Meriti-RJ São Jose de Uba São Jose do Vale do Rio Preto São Pedro da Aldeia São Sebastiao do Alto Sapucaia Seropédica Sumidouro Tanguá Teresópolis Trajano de Moraes Três Rios Valença Varre-Sai Vassouras Volta Redonda	Zona Limítrofe (ZL)
---	----------------------------